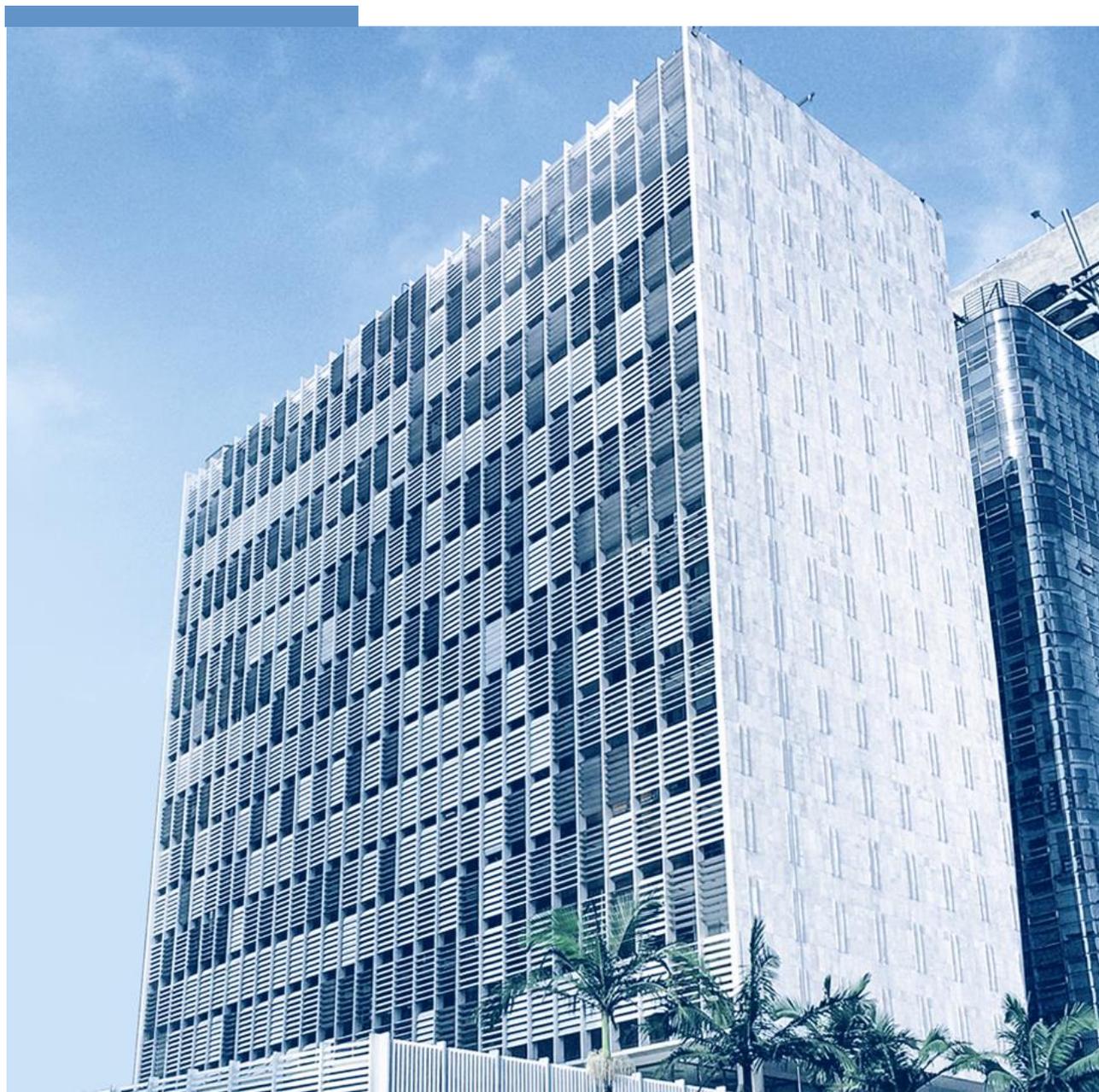


ITAÚSA



Edifício da sede da Itaúsa | Av. Paulista - SP

Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2020

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
ADMINISTRAÇÃO ITAÚSA	17
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
1. CONTEXTO OPERACIONAL	24
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO	25
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	29
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	39
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	46
7. CLIENTES	47
8. ESTOQUES	48
9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	48
10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER	49
11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	50
12. ATIVOS BIOLÓGICOS	50
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	52
14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS	54
15. INVESTIMENTOS	56
16. IMOBILIZADO	62
17. INTANGÍVEL	63
18. FORNECEDORES	65
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	66
20. DEBÊNTURES	68
21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	69
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
23. RECEITA LÍQUIDA	75
24. RESULTADO POR NATUREZA	75
25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	76
26. RESULTADO FINANCEIRO	76
27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	77
28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	77
29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	78
30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	79
31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	83
32. PARTES RELACIONADAS	85
33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA	87
34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES	87
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	88
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	91
PARECER DO CONSELHO FISCAL	96
ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA	97

Relatório da Administração

Este Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa S.A. (Itaúsa) são relativos ao quarto trimestre de 2020 (4T20) e ano de 2020. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS - International Financial Reporting Standards*).

Relatório do auditor independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, bem como com o parecer favorável do Conselho Fiscal. As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas ao mercado nos *websites* da Itaúsa, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. Mensagem da Administração

A dinâmica social e econômica mundial sofreram fortes alterações em 2020, resultado da pandemia de Covid-19, motivando reações de governos e bancos centrais, incluindo o Brasil, com pacotes de ajuda e estímulos de modo a atenuar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia, ainda que provoquem volatilidade nos mercados e nas perspectivas econômicas para 2021.

Os resultados da Itaúsa em 2020 retrataram esse cenário. As empresas em que investimos demonstraram capacidade de adaptação aos novos hábitos de consumo e resiliência às restrições impostas aos seus mercados de atuação. As pressões em custos e despesas, decorrentes do menor ritmo da atividade econômica e ociosidade das plantas industriais, como no caso da Alpargatas e Duratex, bem como o impacto nas vendas, e a maior provisão para perdas, como no caso do Itaú Unibanco, foram contrapostas por medidas que garantiram a liquidez e solidez financeira, ajustes operacionais adequados à situação e maior uso de meios digitais atenuaram os impactos, produzindo melhores condições de negócios no transcurso do segundo semestre.

Em decorrência dos efeitos da pandemia, os resultados operacionais das companhias que investimos registraram fortes impactos no primeiro semestre e significativa melhora a partir de meados do ano. Alpargatas e Duratex apresentaram sensível recuperação no volume de vendas, em margens e resultados, com plantas fabris voltando a operar a plena capacidade, e as vendas *online*, que seguiram consistentes, mesmo com a reabertura dos canais físicos, demonstrando que a tendência de utilização do canal deve se consolidar. No setor financeiro, menores juros e aumento do volume de renegociações resultaram em margens financeiras mais baixas. Em contrapartida, observaram-se significativos avanços em aumento de eficiência pelo banco e relevantes investimentos em tecnologia, com foco no digital, refletindo em queda das despesas gerais e administrativas no Brasil, que em 2020 foram inferiores ao ano anterior, quando excluídos os efeitos extraordinários.

Na frente ESG, cabe mencionar a atuação da Itaúsa, empresas investidas e seus controladores para minimizar os efeitos da pandemia na sociedade, por meio de doações realizadas, que totalizaram cerca de R\$ 1,5 bilhão ou pelo cuidado com a segurança e a saúde dos colaboradores. Ainda nessa frente, criamos a Comissão de Governança Corporativa, passo importante no aprimoramento do tema na Itaúsa, aderimos ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção e confirmamos a presença nos índices ESG em que usualmente figuramos há mais de uma década, e fomos incluídos, pela primeira vez, na carteira do FTSE4Good.

Em termos de fortalecimento da gestão e da governança das empresas investidas, o Itaú Unibanco anunciou em dezembro, em complemento ao processo de sucessão de seu CEO, os novos membros de seu Comitê Executivo,

cuja configuração tem como objetivo central aproximar-se ainda mais dos negócios, simplificando a operação e o modelo de gestão do banco, possibilitando maior autonomia e rapidez na tomada de decisão.

Na gestão do portfólio, concluímos em dezembro a aquisição da participação de 48,5% na Copagaz, empresa que se tornou líder em seu setor de atuação após a aquisição das operações da Liquigás, ampliando nossa exposição ao setor de energia. Adicionalmente, no início de 2021, após o anúncio e aprovação da reorganização societária envolvendo a participação do Itaú Unibanco na XP, assinamos um acordo com os controladores da XP e a XP contendo direitos da Itaúsa nesse investimento, que deve passar a ser detido pela Itaúsa e IUPAR após a conclusão da cisão do Itaú Unibanco que ainda depende de aprovação do Federal Reserve (FED, o banco central americano). A Itaúsa acredita que ambos os investimentos contribuem para a geração de valor sustentável de longo prazo aos acionistas, priorizando a disciplina e cautela na tomada de decisão no processo de alocação eficiente de capital.

Estamos otimistas com o prognóstico para nosso portfólio de investimentos em 2021, permanecendo atentos aos desdobramentos relacionados à pandemia e à recuperação do ambiente econômico, que podem vir a apresentar possíveis riscos, porém devem apresentar também oportunidades para novos negócios.

2. Destaques Itaúsa

Alocação eficiente de capital

Conclusão do investimento na Copagaz e aquisição da Liquigás



Em 18.11.2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a compra da Liquigás pelo grupo formado pela Itaúsa, Copagaz e Nacional Gás Butano. Em 23.12.2020, foi comunicada a conclusão do negócio e o aporte da Itaúsa (R\$ 1,23 bilhão) para adquirir participação de aproximadamente 48,5% na Copagaz. A aquisição reforça o movimento de expansão do portfólio em setores não financeiros, com um ativo de posição consolidada no segmento de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para mais de 35 milhões de consumidores residenciais e geração de fluxo de caixa estável. Com este investimento a Itaúsa aumenta sua participação no setor de energia e se associa a um parceiro com mais de 60 anos de experiência no mercado de GLP.

Cabe destacar que o aporte de R\$ 1,23 bilhão foi financiado por recursos de terceiros, captados por meio de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 1,3 bilhão, conforme comunicado ao mercado de 10.12.2020.

O investimento foi registrado na Itaúsa pelo Método de Equivalência Patrimonial e o Acordo de Acionistas celebrado entre Itaúsa e os fundadores da Copagaz prevê a participação da Itaúsa em órgãos de governança, tendo o direito de indicar dois membros (de um total de cinco) para o Conselho de Administração e para seus Comitês de Auditoria e de Pessoas e Remuneração.

Evento subsequente: reorganização societária envolvendo a participação na XP

No início de 2021, a Itaúsa comunicou ao mercado que o Itaú Unibanco aprovou em AGE a reorganização societária envolvendo a participação acionária detida pelo Itaú Unibanco na XP Inc. mediante cisão de empresas de seu conglomerado que resultará na criação da XPart, cuja constituição ainda aguarda aprovação do FED. Foi comunicado ainda, que a Itaúsa assinou um acordo, juntamente com IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., a XP Inc. e os seus acionistas controladores, contendo os principais termos e condições que passarão a vigorar após a incorporação da XPart pela XP Inc., incluindo a indicação de membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP Inc.

Com a conclusão da transação, a Itaúsa deterá cerca de 15% do capital social total da XP Inc., direta e indiretamente e, com isso, este se tornará a 2ª maior investimento do portfólio da Itaúsa em valor de mercado.

Mais informações sobre as transações acima podem ser acessadas nos Fatos Relevantes e Comunicados, disponíveis em: www.itausa.com.br/comunicados-e-fatos-relevantes

Ambiental, Social e Governança (ESG)

Há décadas a Itaúsa tem compromisso com os diferentes aspectos relacionados à Sustentabilidade Empresarial. Este compromisso reflete os valores compartilhados por seus acionistas e colaboradores e pode ser exemplificado com iniciativas como a criação do Instituto Itaú Cultural em 1987 e da Fundação Itaú Social em 1993. Atualmente, a FIEC- Fundação Itaú de Educação e Cultura apresenta expressiva contribuição ao Brasil nos campos da Educação, Cultura, Saúde e Mobilidade. O conjunto de ações realizadas pela própria *holding* e o protagonismo de suas empresas investidas, em consistentes programas de responsabilidade social e ambiental, explicam o destaque obtido em seus respectivos setores e o reconhecimento do mercado expresso por significativas premiações, engajamento em práticas exemplares, atestados pela inclusão em índices de relevância internacional.

Procurando gerar impacto positivo para a sociedade e promover o desenvolvimento sustentável, a Itaúsa adota iniciativas de Sustentabilidade Corporativa e, da mesma forma, procura continuamente estimular as empresas do seu portfólio a evoluir em suas práticas Ambiental, Social e de Governança (ASG, ou ESG no acrônimo em inglês), materializando seu envolvimento e apoio à gestão por meio da constituição, em 2019, da Comissão de Impacto Social, que tem como objetivo assessorar e apoiar no direcionamento e identificação de oportunidades nesses temas. Adicionalmente, por meio da participação ativa em conselhos de administração e comitês, procura apoiar os programas das empresas e influenciar a sua evolução, debatendo e propondo caminhos para a efetividade de negócios e produtos sustentáveis, relação com as comunidades, diversidade e parcerias pela sustentabilidade, entre outros.

Esta consistente atuação se refletiu na inclusão da Itaúsa em importantes índices de sustentabilidade corporativa no Brasil e no exterior, em 2020. Foi também reconhecida pela Forbes como uma das melhores empresas para se trabalhar, pela sua postura diante da crise de Covid-19 e conjunto de iniciativas ligadas ao tema ESG. A Itaúsa é a única *holding* brasileira que integra a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), participando há mais de uma década do restrito grupo global, formado por apenas sete companhias brasileiras.

Adicionalmente, cabe destacar a participação em outros índices e iniciativas de alcance global, como o FTSE4Good da bolsa de valores de Londres (LSE), o Carbon Disclosure Project (CDP) e a Sustainalytics. No Brasil, também integra outros importantes índices da bolsa de valores brasileira (B3) relacionados a Sustentabilidade, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2).

Member of
**Dow Jones
Sustainability Indices**
Powered by the S&P Global CSA

Principal
índice
global ESG



FTSE4Good

Índice de
Sustentabilidade
da bolsa de
Londres



Principal
iniciativa
global sobre
emissões de
gases de
efeito estufa



Um dos
principais
ratings
globais com
aspectos ESG

ISE B3

Principal
índice ESG
da B3

ICO2 B3

Principal
índice que
mede nível de
emissões das
Companhias
listadas da B3



A mais
conceituada
revista de
negócios e
economia
do mundo

Todas essas conquistas e reconhecimentos refletem os compromissos de longo prazo da Itaúsa com a conduta ética dos negócios, transparência e foco em performance sustentável.

3. Desempenho da Itaúsa

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros. As principais métricas do resultado individual estão demonstradas na tabela a seguir:

	2020	2019	Variação	31.12.2020	31.12.2019	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO ⁽¹⁾						
Lucro Líquido	7.056	10.312	-31,6%	0,84	1,23	-31,6%
Lucro Líquido Recorrente	7.220	9.768	-26,1%	0,86	1,16	-26,1%
ROE sobre o PL Médio (%)	13,0%	19,4%	- 6,5 p.p.			
ROE Recorrente sobre o PL Médio (%)	13,3%	18,4%	- 5,1 p.p.			
BALANÇO PATRIMONIAL ^{(1) (2)}						
Ativo Total	62.985	58.571	7,5%			
Patrimônio Líquido	57.343	55.232	3,8%	6,82	6,57	3,8%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado ⁽³⁾	98.659	118.508	-16,7%			
Volume Financeiro Médio Diário Negociado na B3 ⁽⁴⁾	313	284	10,2%			

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Para melhor comparabilidade, todos os períodos consideram a incorporação da Itaúsa Empreendimentos.

(3) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais no último dia do período.

(4) Considera as ações PN da Itaúsa (ITSA4).

Resultado Individual Itaúsa *Pro Forma*^{1,2}

Em razão da incorporação da subsidiária integral Itaúsa Empreendimentos pela Itaúsa, em 30.08.2019, a Demonstração de Resultados Individual da Itaúsa, apresentada na tabela *pro forma* a seguir, teve os números de 2019 ajustados entre linhas para propiciar melhor comparabilidade dos dados apresentados, sem, contudo, resultar em alteração no lucro líquido.

Em R\$ milhões	4T20		4T19		Δ%	2020		2019		Δ%
RESULTADO RECORRENTE DAS EMPRESAS INVESTIDAS	2.918	100%	2.677	100%	9,0%	7.707	100%	10.292	100%	-25,1%
SETOR FINANCEIRO	2.390	82%	2.408	90%	-0,7%	7.133	93%	9.854	96%	-27,6%
SETOR NÃO FINANCEIRO	549	19%	286	11%	92,0%	710	9%	603	6%	17,7%
Alpargatas	60	2%	58	2%	3,8%	131	2%	129	1%	1,6%
Duratex	103	4%	58	2%	77,6%	193	3%	101	1%	91,1%
NTS ⁽³⁾	386	13%	170	6%	127,1%	386	5%	373	4%	3,5%
Outras Empresas	4	0%	3	0%	33,3%	1	0%	(8)	0%	-
Resultado não Decorrente do Lucro Líquido ⁽⁴⁾	(25)	-1%	(20)	-1%	25,0%	(137)	-2%	(158)	-2%	-13,3%
RESULTADO PRÓPRIO DA ITAÚSA	(81)		(60)		35,7%	(383)		(438)		-12,6%
Resultado Financeiro	(4)		(13)		-69,2%	(26)		(49)		-46,9%
Despesas Administrativas	(33)		(31)		6,5%	(128)		(125)		2,4%
Despesas Tributárias	(46)		(22)		110,0%	(236)		(274)		-13,9%
Outras Receitas Operacionais	2		6		-70,0%	7		10		-30,0%
LUCRO ANTES DO IR/CS	2.837		2.617		8,4%	7.324		9.854		-25,7%
IR / CS ⁽⁵⁾	(105)		(42)		148,3%	(104)		(86)		21,2%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	2.732		2.575		6,1%	7.220		9.768		-26,1%
RESULTADO NÃO RECORRENTE	931		875		-	(163)		545		-130,0%
PRÓPRIO	(2)		-		n.a.	(56)		28		-301,8%
SETOR FINANCEIRO	970		845		14,8%	63		521		-87,9%
SETOR NÃO FINANCEIRO ⁽⁶⁾	(37)		30		-223,3%	(170)		(4)		4150,0%
LUCRO LÍQUIDO	3.662		3.450		6,2%	7.056		10.312		-31,6%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Para melhor comparabilidade, todos os períodos consideram a incorporação da Itaúsa Empreendimentos nas rubricas da DRE.

(3) Inclui os dividendos/JCP recebidos, ajuste ao valor justo sobre as ações e as despesas sobre a parcela a prazo em dólar do valor investido e respectiva variação cambial.

(4) Refere-se ao PPA da mais valia do investimento na Alpargatas e o resultado da IUPAR.

(5) Em 2019, a Companhia deixou de constituir créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e diferenças temporais.

(6) Reclassificações para não recorrentes da Alpargatas: 2019 - resultado líquido de operações na Argentina e Mizuno; 1T20 e 2T20 - resultado líquido de operações Mizuno.

Resultado das empresas investidas registrado pela Itaúsa

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa em 2020, foi de R\$ 7.707 milhões, 25% inferior ao ano de 2019 e está associado, principalmente, ao menor resultado do **Itaú Unibanco** impactado pela maior despesa com Perdas Esperadas com Operações de Crédito em função da mudança no cenário macroeconômico (Covid-19) e menores resultados com Margem de Juros em função da menor taxa básica de juros e da mudança no *mix* dos produtos de varejo (também impactado pelas renegociações), ainda que parcialmente compensados pelo controle nas Despesas Gerais e Administrativas.

A alta capacidade de reação no processo de retomada da demanda, aliado ao aprimoramento na gestão de custos e despesas, impulsionaram os resultados das investidas dos segmentos de bens de consumo e materiais para construção civil, que apresentaram bom desempenho no ano, a despeito do cenário mais desafiador por conta da pandemia e restrições impostas nas vendas físicas em todas as regiões do mundo. A **Alpargatas** apresentou crescimento de 3% na receita, fruto do melhor desempenho em Havaianas e efeito cambial favorável, além do melhor desempenho nos diversos canais, compensando o aumento de custos de produção e de alguns insumos. A **Duratex** também reportou crescimento significativo das vendas em todas as Divisões, ganhos de produtividade e maior eficiência em custos e despesas, além da consolidação integral dos resultados da Cecrisa, resultando em maior geração de fluxo de caixa e redução da alavancagem. Por fim, os resultados registrados na Itaúsa provenientes do investimento na **NTS** apresentaram crescimento, principalmente pela apreciação do valor justo do ativo em função da revisão do modelo de avaliação e da taxa de desconto utilizada, cuja reavaliação ocorre periodicamente, e pelo maior recebimento de dividendos.

Mais detalhes sobre a atuação de cada companhia investida estão disponíveis na seção 5 (Comentário de Desempenho das Empresas Investidas).

Resultado próprio da Itaúsa

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 33 milhões e R\$ 128 milhões no 4T20 e 2020, respectivamente, aumentando em 2% em relação ao acumulado do ano anterior. A variação no ano, abaixo da inflação medida no período, provém principalmente do aumento das despesas com pessoal, em grande parte decorrente das deliberações da última AGO, maior despesa com serviço de escrituração de ações, decorrente do aumento de mais de 140% da base acionária nos últimos 12 meses, e despesas com tecnologia da informação, parcialmente compensado por menores despesas condominiais.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 46 milhões e R\$ 236 milhões no 4T20 e 2020, respectivamente, representando redução em relação ao ano anterior, essencialmente por menor despesa de PIS/COFINS em função do menor recebimento de JCP do Itaú Unibanco em 2020.

O **Resultado Financeiro** atingiu R\$ 4 milhões e R\$ 26 milhões de despesa no 4T20 e 2020, respectivamente. No ano houve redução de 47% em comparação a 2019 que decorreu, principalmente, dos efeitos da menor taxa básica de juros sobre a dívida líquida e atualização das contingências passivas.

O resultado próprio da Itaúsa de 2020 também foi impactado por evento não recorrente relacionado à doação realizada pela Companhia ao Programa "Todos pela Saúde" no valor de R\$ 50 milhões.

O **Lucro Líquido** totalizou R\$ 7,1 bilhões em 2020, 32% inferior a 2019, decorrente do menor resultado de equivalência patrimonial proveniente do Itaú Unibanco, cujas razões foram destacadas acima, e dos efeitos não recorrentes destacados a seguir. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 7,7 bilhões, 25% inferior ao de 2019.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

O Resultado de Equivalência Patrimonial foi afetado por eventos não recorrentes, que totalizaram resultado positivo de R\$ 931 milhões no 4T20 e negativo de R\$ 163 milhões em 2020. No Itaú Unibanco, destacam-se o efeito positivo da alienação de 4,5% da participação na XP Inc., compensado parcialmente pela marcação a mercado de títulos em garantia e a doação para o Programa "Todos pela Saúde". Já na Alpargatas, os principais efeitos foram as despesas com fechamento de lojas, provisões para reestruturação e baixa de ativos decorrentes da alienação das operações Mizuno e aquelas relacionadas à Covid-19, tais como despesas financeiras relativas à captação extraordinária realizada no início da pandemia para reforço de liquidez e custos com ociosidade das plantas. Por fim, na Duratex os principais eventos não recorrentes foram relacionados ao projeto de construção de planta de Celulose Solúvel, provisões para contingências e doações para combate a Covid-19.

	4T20	4T19	2020	2019
Lucro Líquido Recorrente	2.732	2.575	7.220	9.768
Inclusão/(Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes D = (A + B + C)	931	875	(163)	545
Próprio (A)	(2)	-	(56)	28
Doação para o Programa "Todos pela Saúde"	-	-	(50)	-
Outros	(2)	-	(6)	28
Decorrentes de Participação Acionária no Setor Financeiro (B)	970	845	63	521
Ganho alienação parcial de participação na XP Inc.	1.220	-	1.220	-
Ações em Tesouraria	2	3	132	221
Teste de Adequação do Passivo - TAP	56	25	56	22
Impairment de Ágio Itaú Corpbanca	-	-	(543)	-
Doação para o Programa "Todos pela Saúde"	-	-	(317)	-
Marcação a mercado de títulos em garantia	(142)	-	(243)	-
Provisão para Readequação de Estruturas	(82)	-	(82)	-
Redução ao valor Recuperável de ativos, principalmente de tecnologia	(34)	(14)	(34)	(14)
Ganho em função da emissão primária de ações da XP Inc.	-	739	-	739
Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	-	-	-	(536)
Outros	(50)	92	(125)	88
Decorrentes de Participação Acionária no Setor não Financeiro (C)	(37)	30	(170)	(4)
Alpargatas	(44)	(38)	(143)	(73)
Duratex	7	46	(27)	47
Outras Investidas	-	22	-	22
Lucro Líquido	3.662	3.450	7.056	10.312

Indicadores das Principais Empresas do Portfólio Itaúsa

Os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa, extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS, estão demonstrados na tabela a seguir:

Em R\$ milhões	Janeiro a Dezembro			
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2020	166.656	3.364	5.880
	2019	188.893	3.280	5.012
Lucro Líquido ⁽²⁾	2020	18.896	140	454
	2019	27.113	274	406
Lucro Líquido Recorrente ⁽⁴⁾	2020	19.077	449	528
	2019	26.311	450	275
Patrimônio Líquido ⁽²⁾	2020	142.993	2.949	5.187
	2019	136.925	2.643	4.931
ROE anualizado sobre o PL Médio (%) ^{(2) (3)}	2020	14,2%	5,0%	9,3%
	2019	21,8%	11,0%	8,5%
ROE Recorrente anualizado sobre o PL Médio (%) ^{(3) (4)}	2020	14,3%	15,9%	10,8%
	2019	21,1%	17,4%	5,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2020	59.491	313	1.508
	2019	35.160	531	1.108
Participação Itaúsa ^{(6) (7)}	2020	37,4%	29,2%	36,6%
	2019	37,5%	28,7%	36,7%

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Resultado de Operações de Câmbio e Variações Cambiais sobre transações no exterior, Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias e Resultados de Operações de Seguros e Previdência Privada.

Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos e Serviços.

(2) O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((+dez'20+set'20+jun'20+mar'20 + dez'19)/5).

(4) Considera os valores atribuíveis ao acionista controlador em base proforma.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(6) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(7) As participações apresentadas consideram o total de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria.

4. Mercado de Capitais

Desempenho da ação

As ações preferenciais da Itaúsa (negociadas na B3 sob o código ITSA4) eram cotadas a R\$ 11,73 ao final de dezembro, apresentando valorização de 34,7% no 4T20, quando ajustadas por dividendos e JCP, ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, obteve valorização de 25,8% no mesmo período. Em 2020, a cotação das ações preferenciais da Itaúsa, ajustada por dividendos e JCP, recuou 12,2% e o Ibovespa avançou 2,9%.

O volume financeiro médio diário, negociado das ações preferenciais da Itaúsa, em 2020, foi de R\$ 313 milhões, com média diária de 38,6 mil negócios, crescimento de 11,1% e 39,6%, respectivamente, quando comparados a 2019.

Evolução da base acionária

Em 31.12.2020, a Itaúsa dispunha de 886 mil acionistas (sendo 99,5% pessoas físicas), 142% superior aos 367 mil acionistas na mesma data do ano anterior, sendo a empresa privada nacional com a maior base ativa de investidores da B3.

Remuneração aos acionistas

Os proventos declarados no quarto trimestre de 2020 e que têm sua liquidação financeira em 2021 foram:

- **Dividendos trimestrais** de R\$ 0,02 por ação pagos em 04.01.2021 aos acionistas que detinham posição acionária ao final de 30.11.2020.
- **Juros sobre Capital Próprio:** acionistas com posição acionária final registrada em 10.12.2020, no valor de R\$ 0,10165 por ação (líquido de Imposto de Renda: R\$ 0,0864025) e que serão pagos em 12.03.2021.

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2020 fizeram jus ao recebimento de R\$ 0,6450 por ação em dividendos e JCP pagos/declarados (brutos) que, dividido pela cotação da ação preferencial em 31.12.2020, resultou em 5,5% de *dividend yield*.

Tendo em vista a redução no ritmo das atividades das empresas investidas, as condições de mercado, bem como as medidas regulatórias (como a limitação temporária de distribuição de dividendos imposta pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras), houve diminuição do fluxo de caixa recebido pela Itaúsa, o que resultou na redução nos dividendos pagos pela Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, reunido em 18.01.2021, efetuou declaração de JCP no valor de R\$ 0,0208 por ação (líquido de Imposto de Renda: R\$ 0,01768) com base na posição acionária ao final do dia 22.01.2020, os quais serão pagos em 12.03.2021.

O histórico completo de proventos pagos e a pagar já anunciados está disponível em:

www.itausa.com.br/dividendos-e-jcp

Valor dos Ativos e Desconto

A capitalização de mercado em 31.12.2020, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de R\$ 98,7 bilhões, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valores de mercado totalizava R\$ 127,6 bilhões, resultando em um desconto de 22,7%, aumento de 4,0 p.p. em relação a 31.12.2019.

O desconto é um indicador resultante da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ou a valor justo ou do investimento para as empresas não listadas ("soma das partes").

Parte do desconto é justificável pelas despesas de manutenção da *holding*, os impostos incidentes sobre uma fração dos proventos recebidos (ineficiência fiscal), a avaliação de risco, dentre outros

fatores. Apesar da redução observada nos últimos anos, influenciada pela melhora de alguns desses fatores e

Histórico do desconto de *holding* (%)



melhor percepção, pelo mercado, dos fundamentos que o justificam, a Administração da Itaúsa acredita que o atual patamar ainda não reflete o nível adequado do indicador.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* um informativo de desconto, o qual pode ser conferido em: www.itausa.com.br/valor-dos-ativos-e-desconto.

Recompra de ações de própria emissão

Em 22.02.2021, o Conselho de Administração aprovou Programa de Recompra de Ações de emissão própria para tesouraria, proposto pela Diretoria, até o limite de 250 milhões de ações (50 milhões de ordinárias e 200 milhões de preferenciais) que representam 4,5% das ações em circulação. Para a aquisição de ações de emissão própria, a Itaúsa poderá utilizar de recursos (i) próprios, (ii) terceiros, (iii) advindos de proventos a serem recebidos das empresas investidas e (iv) de eventual alienação de ativos. Adicionalmente, o Programa permanecerá aberto até 23.08.2022.

A autorização se respalda no crescimento recente do valor líquido dos ativos de forma descolada do valor de mercado da Itaúsa, aumentando, assim, o desconto de *holding*, e na potencial geração de valor de todas as empresas que compõem o seu portfólio.

A possibilidade de aquisição de ações de emissão própria permitirá a Diretoria dispor de mais oportunidades para alocação eficiente de capital – um dos pilares estratégicos da Itaúsa – com vistas ao melhor interesse de seus acionistas. Caberá a Diretoria a gestão do programa de recompra que será executado observando tanto as condições de mercado como também as patrimoniais e de liquidez da Companhia.

5. Comentário de Desempenho das Empresas Investidas



Itaú Unibanco Holding S.A.

Destaques Operacionais

Atuação durante a pandemia de Covid-19

O Itaú Unibanco segue mobilizado para apoiar os clientes e atenuar os efeitos da crise provocada pela Covid-19 em seus respectivos negócios. Nesse sentido, o saldo da carteira com flexibilização das condições de pagamentos para pessoas físicas, micro e pequenas empresas totalizou R\$ 50,8 bilhões em 31 de dezembro, sendo R\$ 38,4 bilhões destinados a pessoas físicas e R\$ 12,4 bilhões para micro e pequenas empresas.

Além disso, o Itaú Unibanco direcionou R\$ 22,3 bilhões em programas de governo para micro, pequenas e médias empresas. Esses recursos foram destinados por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), custeio de folhas de pagamentos das empresas e outras linhas do governo, como o FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) e o CGPE (Capital de Giro para Preservação de Empresas).

Transformação Digital e Eficiência

A crise provocada pela pandemia de Covid-19 levou muitos dos clientes do banco a migrarem suas interações para os canais digitais. Porém, a utilização desses canais continua a crescer mesmo após o final do período mais

crítico de distanciamento social, mostrando que a digitalização vai além de uma tendência e momento de mercado.

Ao final de 2020, o banco atingiu 24,2 milhões de clientes digitais, aumento de 16,4% em relação ao ano anterior. A abertura de contas *online* para pessoa física e empresas teve expansão de 92,0% ante 2019. Devido à transformação digital, no 4T20 foram encerradas 95 agências físicas e postos de atendimento bancário.

O banco tem aumentado constantemente seus investimentos em tecnologia, de modo que em 2021 investirá o dobro do que investiu em 2018. No mesmo período, espera diminuir em 28% o que gastará com manutenção da infraestrutura. Ao longo de 2020 incorporou mais de 3,7 mil colaboradores ao time de tecnologia tanto pela contratação direta quanto pela aquisição da ZUP.

ESG: avanços no papel de transformação da sociedade

Em 2020, o Itaú Unibanco intensificou significativamente sua atuação ESG. De uma meta de R\$ 100 bilhões para setores de impacto positivo até 2025, já desembolsou até dezembro de 2020 R\$ 47,7 bilhões, dos quais R\$ 12,5 bilhões foram destinados para geração e serviços de energia renovável. Na agenda de empreendedorismo, da meta de originação de R\$ 11 bilhões de crédito para pequenas empresas lideradas por mulheres até 2024, R\$ 9,1 bilhões já haviam sido desembolsados até dezembro de 2020.

Resultados

O Lucro Líquido atingiu R\$ 9,0 bilhões no 4T20, representando incremento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2019. O resultado foi impactado por efeitos de itens extraordinários no total de R\$ 2,6 bilhões, relacionados principalmente aos ganhos decorrentes da alienação parcial de participação da XP Inc.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Produto Bancário ²	35.077	32.760	7,1%	117.900	119.578	-1,4%
Lucro Líquido ¹	8.932	8.674	3,0%	18.896	27.113	-30,3%
Lucro Líquido Recorrente ¹	6.390	6.434	-0,7%	19.077	26.311	-27,5%
ROE	25,8%	27,3%	- 1,5 p.p.	14,0%	21,6%	- 7,6 p.p.
ROE recorrente	18,3%	20,2%	- 0,1 p.p.	14,1%	20,9%	- 6,8 p.p.
Carteira de Crédito ³	873.083	725.341	20,4%	873.083	725.341	20,4%

Em 2020, o Lucro Líquido atingiu R\$ 18,9 bilhões, representando redução de 30,3% em relação ao ano de 2019, com retorno recorrente gerencial sobre o Patrimônio Líquido de 14,1%. Essa redução foi principalmente devida à redução de 1,4% do Produto Bancário e aumento em perdas esperadas de ativos financeiros e de sinistros em comparação ao mesmo período de 2019. As principais razões para esse resultado foram:

1. Redução de 5,7% na **Receita de Juros**, em função da menor taxa de juros e menores *spreads* devido a mudança no *mix* de produtos de varejo; e
2. Redução de 1,2% na **Receita de Prestação de Serviços e Seguros**, principalmente pela redução de 11,6% em receitas de cartões de crédito e débito, parcialmente compensado pelo aumento de 15,2% nas receitas de serviços de assessoria financeira e corretagem.

A **Perda Esperada de Ativos Financeiros e Sinistros** aumentou em R\$ 7,4 bilhões em relação ao ano de 2019, principalmente pelo aumento de perda esperada com operações de crédito devido à piora do cenário macroeconômico.

As **Despesas Gerais e Administrativas** cresceram em 5,2% em 2020. Desconsiderando os efeitos de itens extraordinários gerados (i) pelo Programa de Desligamento Voluntário promovido no segundo semestre de 2019, (ii) pelo *impairment* de ágio e ativos intangíveis no Itaú Corpbanca registrado no 2T20 e (iii) pela doação

¹ Atribuível ao acionista controlador.

² Ajustado aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* para os investimentos no exterior.

³ Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

para combate à Covid-19 feita à aliança “Todos pela Saúde”, houve redução de 2,3% nas despesas do ano. Essa redução se deu, principalmente, pela gestão estratégica de custos e contínuo investimento em tecnologia, que viabilizaram menores despesas com pessoal, propagandas e publicidades.

Gestão do Capital e Liquidez

A gestão de capital é primordial, pois é por meio dela que se busca otimizar a aplicação dos recursos e garantir a solidez do banco. Ao final de dezembro de 2020, o índice de capital de Nível I do banco estava em 13,2%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (8,25%).

i Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores



Destaques Operacionais

Em 2020, a Alpargatas avançou em sua estratégia de crescimento global de Havaianas e no avanço dos canais digitais, com crescimento das vendas *online* nos canais DTC e B2B, expansão em novos segmentos por meio de inovação em escala e o desenvolvimento de soluções sustentáveis, alcançando recorde histórico de receita líquida. O foco contínuo na expansão internacional, principalmente dos mercados prioritários da Europa, EUA e China, contribuiu com o crescimento das vendas. A Havaianas internacional representou aproximadamente 28% das vendas da marca. No Brasil, notou-se recorde histórico de vendas, ganhos de *market share* e aumento da penetração em canais importantes como o *online*.

Adicionalmente, a companhia celebrou contrato para alienação de 100% da operação da marca Mizuno no Brasil, negócio avaliado em cerca de R\$ 200 milhões. O *closing* da operação ocorrerá em duas etapas, tendo sido a primeira concluída em janeiro de 2021 e a segunda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Resultados

A receita líquida cresceu 10,5% e 2,6% no 4T20 e 2020, respectivamente, refletindo o melhor desempenho no Brasil (Havaianas e Osklen), aliado ao crescimento da receita internacional, devido ao *mix* de países e a variação cambial, compensando em parte os efeitos decorrentes da Covid-19.

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida	1.102,5	997,7	10,5%	3.364,3	3.279,8	2,6%
EBITDA	153,9	201,9	-23,8%	435,9	577,8	-24,6%
Lucro Líquido ⁴	54,1	121,0	-55,3%	140,2	274,1	-48,9%
Lucro Líquido Recorrente ⁵	202,6	201,4	0,6%	448,9	450,5	-0,4%
ROE ⁴	7,4%	18,7%	- 11,3 p.p.	5,0%	11,0%	- 6,0 p.p.
ROE recorrente ⁵	27,9%	31,1%	- 3,2 p.p.	15,9%	17,4%	- 1,5 p.p.

O EBITDA recorrente do 4T20 cresceu 19,7% atingindo R\$ 282,7 milhões, fruto essencialmente do melhor desempenho das operações no Brasil e mercado internacional. No acumulado do ano, o EBITDA recorrente foi de R\$ 595,6 milhões, 2,2% inferior em relação ao ano de 2019.

O lucro líquido recorrente atribuído aos acionistas no 4T20 foi de R\$ 202,6 milhões, 0,6% superior na comparação com o mesmo período do ano anterior. O lucro líquido recorrente em 2020 foi de R\$ 448,9 milhões, valor 0,3% inferior ao reportado em 2019.

⁴ Atribuível ao acionista controlador.

⁵ Atribuível ao acionista controlador (proforma).

Os principais itens não recorrentes em 2020 estão relacionados ao fechamento de lojas, provisões para reestruturação e baixa de ativos decorrentes da alienação das operações Mizuno e despesas relacionadas à Covid-19.

A geração operacional de caixa nos últimos 12 meses totalizou R\$ 369 milhões.

i Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>



Destaques Operacionais

A Duratex, desde os primeiros sinais da pandemia de Covid-19, posicionou-se de forma a dar continuidade em suas operações e na segurança e saúde de seus colaboradores. A recuperação econômica mais rápida do que a inicialmente esperada (em especial nos setores de reformas e de construção civil), impulsionada por medidas governamentais e redução da taxa de juros, permitiu que a Duratex avançasse seu ritmo comercial de forma mais ágil e assertiva que seus concorrentes, garantindo-lhe ganhos de *market share*. A melhora operacional, com crescimento do volume de vendas em todas as divisões e nos mercados nacional e internacional, melhor gestão estratégica de seus ativos com ganhos relevantes em capital de giro, resultante das otimizações fabris, redução de portfólio e estratégia de diversificação, levaram a companhia a apresentar resultados recordes no ano, além da realização de importantes investimentos.

Resultados

A receita líquida consolidada no 4T20 totalizou R\$ 1.894 milhões, aumento de 27,4% em relação ao 4T19, resultado da bem-sucedida implementação de aumento de preço, bem como da acelerada

R\$ milhões (exceto onde indicado)	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida	1.893,6	1.486,2	27,4%	5.879,6	5.011,7	17,3%
EBITDA	488,0	596,8	-18,2%	1.292,4	1.359,2	-4,9%
Lucro Líquido	301,6	284,7	5,9%	454,0	405,7	11,9%
Lucro Líquido Recorrente	281,4	157,8	78,4%	528,2	275,1	92,0%
ROE	24,0%	23,5%	0,5 p.p.	9,3%	8,5%	0,8 p.p.
ROE recorrente	22,4%	13,0%	9,4 p.p.	10,8%	5,8%	5,0 p.p.

recuperação da demanda, que levou todas as divisões a apresentarem forte crescimento no volume de vendas. Em 2020, apesar dos impactos da pandemia, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 5.880 milhões, 17,3% superior a 2019, resultado da rápida retomada somada aos reajustes de preços.

A **Divisão Madeira** atingiu receita líquida de R\$ 1.056,0 milhões no 4T20, aumento de 46,2% em relação ao 4T19, como resultado da implementação de aumento de preços combinada com o maior volume expedido.

A **Divisão Deca** apresentou receita líquida de R\$ 549,0 milhões, incremento de 25,4% em relação ao 4T19, como resultado do aumento do volume vendido, fruto da melhora na demanda e do fortalecimento da execução comercial da Divisão, em especial com a diversificação de canais e o lançamento do seu *marketplace*.

A **Divisão de Revestimentos Cerâmicos** obteve receita líquida de R\$ 288,6 milhões, 32,1% superior ao apurado no 4T19, e deve-se principalmente ao relevante aumento do volume vendido, bem como pela captura de sinergias entre as marcas Ceusa e Portinari.

O EBITDA do 4T20 foi impactado pela reversão de ágio e *impairment* de ativos. Excluindo estes efeitos, o EBITDA Recorrente seria R\$ 516,2 milhões (+85,4% vs. 4T19). O lucro líquido registrado no trimestre foi de R\$ 301,6 milhões (+5,9% vs. 4T19). No ano, o EBITDA e Lucro Líquido Recorrentes foram de R\$ 1.288,3 milhões (+41,7% vs. 2019) e R\$ 528,2 milhões (+92,0% vs. 2019), respectivamente, resultado do maior volume vendido em todas

as Divisões, aliado aos ganhos de produtividade decorrentes do aprimoramento na gestão de ativos, combinado com a maior eficiência em custos e despesas.

A melhora operacional aliada aos ganhos relevantes em capital de giro favoreceram a geração de caixa companhia, que encerrou o ano com um montante de R\$ 1.128,8 milhões, desconsiderados os eventos não recorrentes, como o investimento de R\$ 523,1 milhões no projeto de construção da nova unidade de celulose solúvel (LD Celulose). Com este resultado, o índice de alavancagem ao final de 2020 era 1,15x (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos doze meses).

i Para mais informações sobre os resultados da Duratex, acesse: www.duratex.com.br/ri



Destaques Operacionais

No 4T20 foi concluída a construção do novo Ponto de Recebimento (PR) Guapimirim, que receberá o gás processado na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj, em construção pela Petrobras, e que vai tratar a produção do pré-sal. O PR Guapimirim tem capacidade superior a 18MM m³/dia e o projeto contribuirá para o aumento da flexibilidade da malha de transporte, com a inclusão de mais uma entrada de gás próxima à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Resultados

No 4T20, a receita líquida atingiu R\$ 1.214 milhões, 9,1% superior à observada no

R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Receita Líquida	1.214	1.113	9,1%	4.671	4.406	6,0%
Lucro Líquido	682	576	18,4%	2.528	2.218	14,0%

mesmo período do ano anterior em razão da correção anual dos contratos de transporte de gás. O lucro líquido no 4T20 totalizou R\$ 682 milhões, aumento de 18,4% em relação ao 4T19, impactado pelo reconhecimento de créditos tributários retroativos no valor de R\$ 48 milhões, além de menor despesa financeira, ocasionada pela menor taxa básica de juros sobre a dívida. No acumulado do ano, a NTS registrou receita líquida de R\$ 4.671 milhões e lucro líquido de R\$ 2.528 milhões, um crescimento de 6% e 14%, respectivamente, em comparação a 2019, pelos mesmos motivos mencionados acima.

Dividendos e juros sobre capital próprio

No período de outubro a dezembro de 2020 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos no montante de R\$ 43,3 milhões e no acumulado do ano R\$ 181,8 milhões, além de R\$ 50,0 milhões de restituição de capital decorrente de redução de capital social realizada no ano.

i Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://ri.ntsbrasil.com>

6. Gestão de Pessoas

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 126 mil colaboradores em 31.12.2020, incluindo 13 mil colaboradores em unidades no exterior. A estrutura da Itaúsa, dedicada a realização das atividades da *holding*, dispunha de 95 profissionais na mesma data.

7. Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Procedimentos adotados pela sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2020, os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, que equivalem a 25,7% do total dos honorários devidos aos serviços de auditoria externa aos mesmos auditores, conforme previsto na Instrução CVM nº 381:

Itaúsa: (i) asseguarção do Formulário de Referência, contratado em 29.04.2020, no valor de R\$ 65 mil; (ii) asseguarção do Relato Integrado, contratado em 29.04.2020, no valor de R\$ 56 mil.

Controlada Duratex: (i) revisão dos arquivos de escrituração contábil e fiscal (ECD e ECF), contratado em 30.04.2020, no valor de R\$ 169 mil; (ii) laudo de avaliação contábil para aporte na LD Celulose, contratado em 23.01.2020, no valor de R\$ 223 mil; (iii) laudo de avaliação contábil de controlada, contratado em 01.09.2020, no valor de R\$ 165 mil; e (iv) consultoria sobre avaliação de moeda funcional de controlada, contratado em 08.10.2020 no valor de R\$ 105 mil.

Justificativa dos auditores independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança em nós depositada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado, e aos nossos colaboradores, pela dedicação e comprometimento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Candido Bracher se despediu este mês da presidência do Itaú Unibanco, posição que ocupava desde maio de 2017, por ter completado a idade limite de 62 anos estabelecida para tal posição. Candido, acumula décadas de experiência no setor financeiro, tendo ingressado no então Itaú em 2002, por meio da combinação de negócios com o banco BBA, banco fundado por sua família. Foi presidente do Itaú BBA e responsável pelas operações de Atacado e das operações na América Latina até ser Presidente do Itaú Unibanco.

Candido deixou sua marca em diversas frentes, como a aceleração da transformação digital e o foco no atendimento e satisfação do cliente. Após período de transição de três meses, Milton Maluhy Filho assume a presidência do banco e Candido deverá ser indicado nos próximos meses, pelo controlador, como Membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco e da Fundação Itaú. A Itaúsa expressa seus profundos agradecimentos ao executivo pelo papel crucial que desempenhou no desenvolvimento do banco e para o país.

ITAÚSA S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Conselheiros

Paulo Setubal Neto

Rodolfo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

Conselheiros Suplentes

Edson Carlos De Marchi

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL**Presidente**

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Eduardo Rogatto Luque

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Isaac Berensztejn

Marco Tulio Leite Rodrigues

Conselheiros Suplentes

Carlos Eduardo de Mori Luporini

Felício Cintra do Prado Júnior

João Costa

Vicente José Rauber

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA S.A.

Balanco Patrimonial

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.092	1.091	2.887	2.369
Títulos e valores mobiliários	6	1.473	1.213	1.473	1.213
Clientes	7	-	-	1.239	1.135
Estoques	8	-	-	925	853
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	9	985	171	951	141
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		169	336	274	434
Outros tributos a compensar	10	2	2	78	91
Outros ativos	11	38	23	196	145
Total Circulante		3.759	2.836	8.023	6.381
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		773	862	2.860	3.663
Títulos e valores mobiliários	6	20	-	20	-
Ativos Biológicos	12	-	-	1.143	1.544
Depósitos judiciais		30	38	100	104
Benefícios a empregados	30,1	10	11	106	121
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	673	777	958	1.108
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		8	-	8	-
Outros tributos a compensar	10	-	-	18	17
Direito de uso	14	10	12	348	567
Outros ativos	11	22	24	159	202
Investimentos	15	58.342	54.766	57.362	53.040
Imobilizado	16	103	103	3.616	3.669
Intangível	17	8	4	739	723
Total não Circulante		59.226	55.735	64.577	61.095
TOTAL DO ATIVO		62.985	58.571	72.600	67.476

ITAÚSA S.A.

Balanco Patrimonial

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	8	6	1.097	631
Obrigações com pessoal		47	26	234	174
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	571	806
Debêntures	20	2	6	5	72
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	19	58
Outros tributos a recolher	10	29	8	108	89
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	22,5,2	1.232	397	1.325	485
Arrendamentos	14	3	2	25	23
Outros passivos	11	21	7	344	238
Total Circulante		1.342	452	3.728	2.576
Não circulante					
Fornecedores	18	7	-	7	-
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.434	879
Debêntures	20	2.492	1.200	3.691	2.398
Arrendamentos	14	8	10	345	561
Provisões	21	1.349	1.338	1.813	1.673
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	144	213
Outros tributos diferidos		19	-	19	-
Outros tributos a recolher	10	-	-	87	127
Benefícios a empregados	30,2	-	-	50	72
Outros Passivos	11	425	339	649	620
Total não Circulante		4.300	2.887	8.239	6.543
TOTAL DO PASSIVO		5.642	3.339	11.967	9.119
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22,1	43.515	43.515	43.515	43.515
Reservas de capital	22,2,1	586	529	586	529
Reservas de lucros	22,2,2	14.545	12.950	14.545	12.950
Ajustes de avaliação patrimonial	22,4	(1.303)	(1.762)	(1.303)	(1.762)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		57.343	55.232	57.343	55.232
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.290	3.125
Total do Patrimônio Líquido		57.343	55.232	60.633	58.357
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.985	58.571	72.600	67.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

Demonstração do Resultado

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida	23	-	-	5.880	5.008
Custos dos produtos e serviços	24	-	-	(4.028)	(3.718)
Lucro bruto		-	-	1.852	1.290
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	-	-	(781)	(716)
Despesas gerais e administrativas	24	(129)	(123)	(415)	(387)
Resultado de participações societárias	15	7.214	10.436	6.980	10.272
Outras receitas e despesas	25	132	201	88	535
Total das receitas e despesas operacionais		7.217	10.514	5.872	9.704
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		7.217	10.514	7.724	10.994
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	474	374	616	496
Despesas financeiras	26	(531)	(495)	(805)	(760)
Total do Resultado Financeiro		(57)	(121)	(189)	(264)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		7.160	10.393	7.535	10.730
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	(111)	(165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(104)	(81)	(80)	4
Total dos Tributos sobre o Lucro		(104)	(81)	(191)	(161)
Lucro líquido do exercício		7.056	10.312	7.344	10.569
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Controladores		7.056	10.312	7.056	10.312
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	288	257
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	28	0,83892	1,22605	0,83892	1,22605
Preferenciais	28	0,83892	1,22605	0,83892	1,22605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	7.056	10.312	7.344	10.569
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	528	84	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	55	678
Hedge	-	-	(1.452)	(5)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	1.957	(589)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(69)	(135)	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	(69)	(135)
Total de Outros resultados abrangentes	459	(51)	491	(51)
Total do Resultado abrangente	7.515	10.261	7.835	10.518
Atribuível aos Acionistas Controladores	7.515	10.261	7.515	10.261
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	320	257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhões de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação dos não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.515	633	12.706	(1.711)	-	55.143	2.936	58.079
Transações com os acionistas								
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	5	5
Reversão de dividendos prescritos	-	-	1	-	-	1	-	1
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(6.429)	-	-	(6.429)	-	(6.429)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio Líquido das investidas	-	(104)	(54)	-	-	(158)	-	(158)
Total do resultado abrangente								
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(51)	-	(51)	-	(51)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.312	10.312	257	10.569
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	516	-	(516)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	(3.586)	(3.586)	(73)	(3.659)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	3.729	-	(3.729)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	2.481	-	(2.481)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.515	529	12.950	(1.762)	-	55.232	3.125	58.357
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.515	529	12.950	(1.762)	-	55.232	3.125	58.357
Transações com os acionistas								
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	2	2
Reversão de dividendos prescritos	-	-	3	-	-	3	-	3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(3.729)	-	-	(3.729)	-	(3.729)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio Líquido das investidas	-	57	88	-	-	145	13	158
Total do resultado abrangente								
Outros resultados abrangentes	-	-	-	459	-	459	32	491
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.056	7.056	288	7.344
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	353	-	(353)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	(1.823)	(1.823)	(170)	(1.993)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	48	-	(48)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	4.832	-	(4.832)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.515	586	14.545	(1.303)	-	57.343	3.290	60.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	7.160	10.393	7.535	10.730
Resultado de participações societárias	(7.214)	(10.436)	(6.980)	(10.272)
Provisões	1	163	96	221
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	(148)	(99)	30	110
Depreciação, amortização e exaustão	7	5	627	726
Variação do valor justo dos Ativos biológicos	-	-	(117)	(126)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	25	11
Resultado na venda de Investimentos, Imobilizado e Intangível	-	(27)	69	(317)
Outros	-	-	(63)	184
	(194)	(1)	1.222	1.267
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	-	-	(116)	210
(Aumento) Redução em Estoques	-	-	(23)	43
(Aumento) Redução em Tributos a compensar	168	(22)	172	28
(Aumento) Redução em Outros ativos	171	247	83	193
Aumento (Redução) em Tributos a recolher	40	(1)	129	79
Aumento (Redução) em Fornecedores	9	-	518	144
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal	20	6	60	(6)
Aumento (Redução) em Outros passivos	(354)	(451)	(355)	(627)
	54	(221)	468	64
Caixa proveniente das operações	(140)	(222)	1.690	1.331
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-	-	(194)	(175)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	(40)	(77)	(150)	(354)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(180)	(299)	1.346	802
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	(1.260)	(154)	(1.260)	(154)
Alienação de Investimentos	1	-	1	-
(Aumento) Redução de capital social em investidas	50	48	(472)	(25)
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	(8)	(20)	(496)	(476)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos	-	37	64	598
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	4.520	9.951	4.436	9.768
Caixa e Equivalentes de caixa de controladas incorporadas/adquiridas	-	304	-	(274)
(Aquisição) Resgate de Debêntures	(20)	-	(20)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	3.283	10.166	2.253	9.437
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	-	-	9	3
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	22.5.2	(4.391)	(9.711)	(10.071)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	1.291	-	2.932
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	-	-	(1.405)
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	(2)	(1)	(74)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.102)	(9.712)	(3.093)	(10.293)
Variação cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa	-	-	12	2
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa	1	155	518	(52)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.091	936	2.369	2.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.092	1.091	2.887	2.369
	1	155	518	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	-	-	7.305	6.598
Vendas de produtos e serviços	-	-	7.310	6.211
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(25)	(11)
Outras receitas	-	-	20	398
Insumos adquiridos de terceiros	(147)	(79)	(4.685)	(4.021)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(3.809)	(3.267)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(147)	(79)	(863)	(745)
Perda no valor recuperável	-	-	(13)	(9)
Valor adicionado bruto	(147)	(79)	2.620	2.577
Depreciação, amortização e exaustão	(7)	(5)	(627)	(726)
Valor adicionado líquido produzido	(154)	(84)	1.993	1.851
Valor adicionado recebido em transferência	7.920	11.016	7.825	10.977
Resultado de participações societárias	7.214	10.436	6.980	10.272
Receitas financeiras	474	374	616	496
Outras receitas	232	206	229	209
Valor adicionado total a distribuir	7.766	10.932	9.818	12.828
Distribuição do valor adicionado	7.766	10.932	9.818	12.828
Pessoal	64	38	924	853
Remuneração direta	58	35	747	686
Benefícios	5	2	127	122
FGTS	1	1	45	41
Outros	-	-	5	4
Impostos, taxas e contribuições	351	356	982	916
Federais	350	355	887	852
Estaduais	-	-	81	52
Municipais	1	1	14	12
Remuneração de capital de terceiros	295	226	568	490
Juros	295	226	568	490
Remuneração de capital próprio	7.056	10.312	7.344	10.569
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.871	7.315	1.871	7.315
Lucros retidos	5.185	2.997	5.185	2.997
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	288	257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A. (atual denominação social de Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.)**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Em 31 de dezembro de 2020***(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2020 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. para Itaúsa S.A.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa – Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3, destacando o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE e o Índice Carbono Eficiente – ICO2. Adicionalmente, devido a nossa reconhecida sustentabilidade corporativa, a ITAÚSA também integra outros índices de alcance global como o FTSE4Good (Bolsa de Valores de Londres) e o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), além de iniciativas como o Carbon Disclosure Project (CDP) e a Sustainabilitycs.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 18,13% das ações preferenciais, resultando em 33,64% do capital total.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros ("Itaú Unibanco Holding"), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos ("Duratex"), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos ("Alpargatas") e transporte de gás natural por meio de gasodutos ("NTS"). Em 23 de dezembro de 2020 a ITAÚSA adquiriu 48,5% de participação societária na Copagaz – Distribuidora de Gás S.A. ("Copagaz") passando a participar também do mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (vide nota 15.1.7). Para mais informações, vide nota 31 "Informações por Segmento".

O portfólio de investimentos da ITAÚSA é composto das seguintes entidades:

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta)	
			31/12/2020	31/12/2019
Controladas em conjunto (Joint ventures)				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,39%	37,45%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	29,19%	28,88%
Controladas				
Duratex S.A. ("Duratex")	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,61%	36,65%
Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Coligadas				
Copagaz – Distribuidora de Gás S.A. ("Copagaz")	Brasil	Distribuição de GLP	48,50%	-
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	7,65%	7,65%

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

A Administração avaliou a capacidade da ITAÚSA e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que, apesar dos impactos e da incerteza na duração e extensão da pandemia da COVID-19, as empresas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1; (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo, conforme demonstrado na nota 30; e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado na nota 12.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.10, 13 e 27);
- Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Notas 3.1.4 e 4.1.2);
- Provisões e Ativos e Passivos contingentes (Nota 3.15 e 21);
- Determinação do valor justo para ativos biológicos (Notas 3.5 e 12);
- Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência (Notas 3.12 e 30); e
- Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Notas 3.9, 15.4, 16.4 e 17.4).

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do Resultado Abrangente atribuível aos Acionistas Não Controladores".

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela ITAÚSA e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2020

CPC 00 (R2) / *Conceptual Framework* – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O CPC 00 (R2) foi aprovado em 1º de novembro de 2019 e estabelece alterações no CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual, emitido em 2011. As principais alterações foram as seguintes: (i) define o objetivo do relatório financeiro; (ii) as características qualitativas da informação financeira útil; (iii) aprimoramento nas definições de ativo, passivo, receitas e despesas; (iv) critérios para a inclusão/remoção de ativos e passivos financeiros nas demonstrações contábeis; (v) orientação sobre as bases de mensuração; e (vi) conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

Na adoção da norma a ITAÚSA e suas controladas não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 14

Esta revisão estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações em decorrência: (i) alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 00 (R2) / *Conceptual Framework*; (ii) da alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 / IFRS 3; e (iii) da alteração da denominação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 para Arrendamentos.

Na adoção da norma a ITAÚSA e suas controladas não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma "Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento" que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para ao CPC 06 (R2) / IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

Para a adoção do expediente prático, as seguintes condições deveriam ser atendidas: (i) a mudança nos pagamentos de arrendamento seria substancialmente a mesma ou menor que a prevista no contrato; (ii) as reduções deveriam compreender apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e (iii) não haveria nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Na adoção da norma a ITAÚSA e suas controladas analisaram seus contratos de arrendamento e, quando aplicável, aplicaram o expediente prático. Não houve impactos significativos decorrente da adoção nas Demonstrações Contábeis.

2.6.2. Normas e interpretações revisadas, ainda não emitidas pelo CPC, e não adotadas pela ITAÚSA e suas controladas

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto

As alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada, que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial, são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Aplicável após 1º de janeiro de 2023

As alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: (i) se baseia nos direitos existentes na data do balanço; (ii) especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo; (iii) explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço; e (iv) introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Alterações à IFRS 3 / CPC 15(R1) – Combinação de negócios - Aplicável após 1º de janeiro de 2022

As alterações atualizam a IFRS 3 / CPC 15 (R1) com a nova Estrutura Conceitual. Também foi incluída a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 / CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, seja avaliado se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 / ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica a referida norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Alterações à IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado - Aplicável após 1º de janeiro de 2022

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. As alterações também esclarecem que, se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Alterações à IAS 37 / CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Aplicável após 1º de janeiro de 2022

As alterações especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato e que estes, por sua vez, compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020

As melhorias anuais incluem alterações nas seguintes normas: (i) IFRS 1 / CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável após 1º de janeiro de 2022); (ii) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Aplicável após 1º de janeiro de 2022); IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos (data de vigência não aplicável); e IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (Aplicável após 1º de janeiro de 2022).

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A ITAÚSA e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A ITAÚSA e suas controladas não realizam a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da ITAÚSA e suas controladas.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A ITAÚSA e suas controladas entendem que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades das controladas. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

3.4. Estoques

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A controlada Duratex possui política para constituição de provisão para perdas no estoque de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração considera que foram constituídas provisões para perda nos estoques em montantes suficientes.

3.5. Ativos Biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida para florestas de Eucalipto e quatro anos para florestas de Pinus), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente, ou na medida em que são concluídos inventários rotativos, sendo os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento do valor justo reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços". A exaustão, também apropriada na rubrica de "Custo dos produtos e serviços", é proveniente dos ativos colhidos no exercício e é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Foram adotadas diversas estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as Demonstrações Contábeis. As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos e uma análise de sensibilidade dos mesmos estão detalhadas na nota 12.

3.6. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em decorrência da participação acionária da ITAÚSA nestas empresas. São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos incluem o montante de ágio identificado na aquisição (*Goodwill*), líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Anualmente, a ITAÚSA avalia se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a ITAÚSA calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A ITAÚSA não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos (nome das investidas).

3.6.1. Investimentos em controladas diretas e indiretas

Os investimentos em controladas são aqueles em que a ITAÚSA está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Esses investimentos são consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são as investidas nas quais o investidor tem influência significativa, porém, não detém o controle.

Controladas em conjunto são as investidas as quais a ITAÚSA e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

A participação da ITAÚSA nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto e coligadas é reconhecida na rubrica "Resultado de participações societárias" na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e coligadas também são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da ITAÚSA.

A ITAÚSA reconhece os efeitos da hiperinflação da Argentina oriundos de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding, conforme CPC 42 / IAS 29 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária.

3.6.3. Combinação de negócios

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento de aquisições de controle de investimentos, cuja característica é definida como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer bens ou serviços a clientes, gerando receita de investimento (como dividendos ou juros) ou gerando outras receitas de atividades ordinárias.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) *ágio (goodwill)*, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os *ágios (goodwill)* são classificados na rubrica de "Investimentos" nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas na rubrica de "Intangível" nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. As estimativas de vida útil dos respectivos itens são revisadas ao final de cada exercício.

3.8. Intangível

Compreende bens incorpóreos e são reconhecidos quando: (i) provém de direitos legais ou contratuais; (ii) seu custo pode ser mensurável confiavelmente; e (iii) é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente e podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

3.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável com base no método linear.

3.8.2. Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Não são amortizados, uma vez que possuem vida útil indefinida.

3.8.3. Carteira de clientes

É reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.8.4. Ágio (*Goodwill*)

Conforme descrito na nota 3.6.3, o ágio representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio.

Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa).

Os ativos com vida útil definida, aqueles sujeitos à depreciação ou amortização, são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Para os ativos de vida útil indefinida a ITAÚSA e suas controladas realizam a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. A perda por redução ao valor recuperável do ágio (*goodwill*) não pode ser revertida.

3.10. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a ITAÚSA e suas controladas avaliam o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a ITAÚSA e suas controladas a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.11. Direito de uso e Arrendamentos

Os passivos de arrendamento estão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa nominal incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direitos de uso estão mensurados pelo valor igual ao do passivo de arrendamento no reconhecimento inicial, líquidos da depreciação acumulada a ser realizada de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.12. Benefícios a empregados (Planos de previdência privada e Planos de assistência médica)

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica a seus empregados com as características de benefício definido e contribuição definida.

3.12.1. Planos de benefício definido

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da Demonstração Contábil, é maior que o valor justo dos ativos do plano. O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. O ativo líquido é composto, substancialmente, pelos investimentos que compõem a carteira do plano de benefícios, que são avaliados pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

3.12.2. Plano de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

3.13. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Duratex oferece a determinados executivos um plano de remuneração baseado em ações (*Stock Options*), segundo o qual são recebidos os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido. O plano será liquidado exclusivamente com a entrega de ações.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções utilizando modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Ao término de cada exercício são revisadas as estimativas da quantidade de ações que espera que sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

3.14. Empréstimos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos que possuem instrumentos derivativos de proteção são avaliados ao seu valor justo.

Os custos dos empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Quando não relacionado a ativo qualificável, os custos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.15. Provisões e Ativos e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São mensuradas pela melhor estimativa do valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam seus riscos específicos. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos da ITAÚSA e suas controladas, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões são revisadas periodicamente.

Os passivos contingentes, avaliados como de risco de perda possível ou remoto, não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Quando se tratar de processo que envolve uma obrigação legal, o montante envolvido é provisionado independentemente da probabilidade de perda, uma vez que o êxito na ação depende do reconhecimento da inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.16. Capital social e Ações em tesouraria

3.16.1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.16.2. Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são reconhecidas ao custo médio de aquisição e classificadas como dedução no Patrimônio líquido na rubrica de "Ações em Tesouraria". Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação, a baixa é realizada pelo custo médio e o ganho ou perda são reconhecidos na rubrica de "Reservas de lucros". O cancelamento de ações em tesouraria é reconhecido como uma redução também na rubrica de "Reservas de lucros", pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

3.17. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, por meio de pagamentos trimestrais, ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas Demonstrações Contábeis. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Na antecipação trimestral dos dividendos mínimos obrigatórios é utilizada a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente.

Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral das mesmas, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Para o JCP a receber, quando deliberado pelo Conselho de Administração das controladas, coligadas e controladas em conjunto, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

3.18. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

3.19. Receitas

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. Está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo.

São reconhecidas quando o valor for mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, para cada tipo de receita, tiverem sido atendidos.

3.19.1. Receita de venda de produtos e serviços

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando, substancialmente, o reconhecimento da receita em um período específico de tempo. As controladas atuam como a parte principal dos contratos com os clientes, sendo que as receitas não possuem componente de financiamento significativo.

A partir do exercício de 2019 a Receita líquida consolidada é composta, em sua totalidade, pela controlada Duratex. Para mais detalhes sobre seus segmentos de negócio e os produtos e serviços comercializados, vide nota 31 "Informações por segmento".

3.19.2. Receita financeira

São reconhecidas pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e são representadas, principalmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias e descontos obtidos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
			31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
			Valor justo	Valor contábil						
Ativos financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequente										
Caixa e Equivalentes de caixa	5									
Aplicações financeiras		2	1.092	1.092	1.091	1.091	2.620	2.620	2.156	2.156
Títulos e valores mobiliários	6	3	1.473	1.473	1.213	1.213	1.473	1.473	1.213	1.213
			2.565	2.565	2.304	2.304	4.093	4.093	3.369	3.369
Custo amortizado										
Caixa e Equivalentes de caixa	5									
Caixa e Bancos		2	-	-	-	-	267	267	213	213
Títulos e valores mobiliários	6	2	28	20	-	-	28	20	-	-
Clientes	7	2	-	-	-	-	1.239	1.239	1.135	1.135
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	9	2	985	985	171	171	951	951	141	141
Depósitos judiciais		2	30	30	38	38	100	100	104	104
Outros ativos	11	2	60	60	47	47	355	355	347	347
			1.103	1.095	256	256	2.940	2.932	1.940	1.940
Total de Ativos financeiros			3.668	3.660	2.560	2.560	7.033	7.025	5.309	5.309

	Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
			31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
			Valor justo	Valor contábil						
Passivos financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
No reconhecimento inicial ou subsequente										
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	-	83	83	486	486
			-	-	-	-	83	83	486	486
Custo amortizado										
Fornecedores	18	2	15	15	6	6	1.104	1.104	631	631
Obrigações com pessoal		2	47	47	26	26	234	234	174	174
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	-	1.922	1.922	1.199	1.199
Debêntures	20	2	2.731	2.494	1.221	1.206	3.933	3.696	2.485	2.470
Arrendamentos	14.2	2	11	11	12	12	370	370	584	584
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	22.5.2	2	1.232	1.232	397	397	1.325	1.325	485	485
Outros passivos	11	2	460	446	326	346	1.007	993	838	858
			4.496	4.245	1.988	1.993	9.895	9.644	6.396	6.401
Total de Passivos financeiros			4.496	4.245	1.988	1.993	9.978	9.727	6.882	6.887

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a ITAÚSA e suas controladas projetam os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Administração elegeu designar determinados empréstimos e financiamentos como passivos a valor justo por meio do resultado. A adoção do valor justo justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado que também é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, que diferem do valor contábil ou que são mensuradas a valor justo subsequentemente, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- Títulos e valores mobiliários (nível de hierarquia 2): mensurados considerando os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas de juros obtidas das curvas de juros de mercado.
- Derivativos: (i) o valor justo do *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) o valor justo do NDF (*Non Deliverable Forward*) relacionado a contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.
- Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

- Outros débitos (Aquisição NTS): é mensurado por meio de modelo de precificação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da curva de mercado de juros futuros.

Adicionalmente, na rubrica de Títulos e valores mobiliários encontra-se registrada a participação societária de 7,65% na NTS (Nota 6), mensurada a valor justo por meio do resultado e cujo nível de hierarquia é 3. O valor justo do investimento é calculado com base no fluxo de caixa futuro correspondente à ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2020, corresponde à 12,1% (13,6% em 31 de dezembro de 2019). As premissas consideradas para o cálculo do custo da capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta de alavancagem considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

4.1.3. Derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo todos os contratos liquidados em seus vencimentos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apenas a controlada Duratex apresentou operações com derivativos.

Segue abaixo os tipos de contratos vigentes:

- *Swap* IPCA + Pré x CDI: contratos com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI; e
- NDF (*Non Deliverable Forward*): contrato com o objetivo de mitigar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do exercício (Ptax).

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos:

Derivativo	Posição	Consolidado					
		Notional (R\$)		Valor justo		Efeito acumulado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Swaps							
US\$	Ativa	-	3	-	3	-	-
Pré	Ativa	-	385	-	395	-	6
IPCA + Pré	Ativa	84	94	94	103	10	9
CDI	Passiva	(84)	(482)	(84)	(486)	-	-
NDF							
R\$ x US\$		174	107	173	106	5	1

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, são estimuladas boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo integridade. Como exemplos dessa atuação estão a participação de membros da ITAÚSA: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Duratex; e (iii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) a metodologia do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui uma Comissão de Sustentabilidade e Riscos com o objetivo de avaliar os instrumentos de proteção/mitigação dos riscos identificados como, por exemplo, a eventual contratação de apólices de seguros.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Duratex possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a ITAÚSA e suas controladas sofram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's, ou pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da ITAÚSA e das controladas em função da variação de cada risco destacado até a data de vencimento destas operações. São apresentados o cenário provável (cenário base) e mais dois cenários representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Bloomberg).

	Controladora					
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável	Cenário Possível (+25%)	Cenário Remoto (+50%)
Passivos						
Outros débitos (Aquisição NTS)	US\$	Aumento do Dólar	R\$5,00	(16)	86	188
Total				(16)	86	188
	Consolidado					
	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável	Cenário Possível (+25%)	Cenário Remoto (+50%)
Passivos						
Outros débitos (Aquisição NTS)	US\$	Aumento do Dólar	R\$5,00	(16)	86	188
Empréstimo IPCA + Pré	CDI	Aumento do CDI	7,17% a.a.	(10)	9	32
Swap - IPCA + Pré x CDI				10	(9)	(32)
Empréstimo US\$	US\$	Aumento do Dólar	R\$5,19	-	(8)	(15)
NDF - US\$ x BRL	US\$	Queda do Dólar	R\$5,19	-	8	15
Total				(16)	86	188

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Clientes

A controlada Duratex possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. Para a concessão de crédito, os clientes são classificados considerando o tempo de cadastro e seus históricos de pagamentos, sendo avaliados, dentre outros aspectos, suas Demonstrações Contábeis, a fim de identificar sua capacidade de pagamentos associada a uma probabilidade de *default*.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental do cliente. Conforme o limite de crédito são estabelecidas garantias financeiras, sendo os limites de crédito avaliados periodicamente de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco. Não existe risco significativo de concentração de crédito de clientes.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa

A ITAÚSA e suas controladas possuem políticas formalizadas para a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da ITAÚSA e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A controlada Duratex possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e recursos disponíveis mínimos, sendo este último o maior dos seguintes valores: (i) montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre; ou (ii) serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

Adicionalmente, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A ITAÚSA e suas controladas investem o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Debêntures	2	798	398	1.296	2.494
Fornecedores	8	7	-	-	15
Obrigações com pessoal	47	-	-	-	47
Arrendamentos	3	6	2	-	11
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.232	-	-	-	1.232
Outros débitos	21	425	-	-	446
	1.313	1.236	400	1.296	4.245

	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	571	1.373	23	38	2.005
Debêntures	5	798	997	1.896	3.696
Fornecedores	1.097	7	-	-	1.104
Obrigações com pessoal	234	-	-	-	234
Arrendamentos	25	41	27	277	370
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.325	-	-	-	1.325
Outros débitos	344	649	-	-	993
	3.601	2.868	1.047	2.211	9.727

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A controlada Duratex possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. Segue abaixo a relação de *covenants* financeiros da controlada:

(a) Empréstimos e financiamentos**Contratos com o BNDES**

- EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45.

Contrato com a Caixa Econômica Federal (Cédula de Crédito Exportação)

- Dívida líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 6,5 até 30 de junho de 2021 e menor ou igual a 4,0 após este período

(b) Debêntures

- Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Duratex e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá oferecer garantias adicionais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 todas as obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude.

4.3. Gestão de capital

A ITAÚSA e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.005	1.685
Debêntures	20	2.494	1.206	3.696	2.470
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	5	(1.092)	(1.091)	(2.887)	(2.369)
Dívida líquida		1.402	115	2.814	1.786
Patrimônio líquido	22	57.343	55.232	60.633	58.357
Índice de alavancagem financeira		2,4%	0,2%	4,6%	3,1%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	-	-	267	213
Aplicações financeiras	1.092	1.091	2.620	2.156
Renda fixa	-	-	80	75
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	1.384	958
Fundos de investimento	1.092	1.091	1.156	1.123
Total	1.092	1.091	2.887	2.369

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Notas	Controladora e Consolidado		
		Circulante		Não circulante
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Investimentos em ações - NTS	6.1	1.473	1.213	-
Investimentos em Debêntures	6.2	-	-	20
Total		1.473	1.213	20

6.1 Investimentos em Ações - NTS

	Nota	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2018		1.030
Valor justo	26	231
Redução de capital social		(48)
Saldo em 31/12/2019		1.213
Valor justo	26	310
Redução de capital social		(50)
Saldo em 31/12/2020		1.473

Refere-se à participação societária de 7,65% da ITAÚSA no capital social da NTS, adquirida em 4 de abril de 2017. Visto que a ITAÚSA não possui influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais na NTS, o investimento é classificado como um ativo financeiro, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e mensurado a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2020, a ITAÚSA registrou dividendos e JCP da NTS, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$181 (R\$165 em 2019) (Nota 25).

A Administração monitora periodicamente eventuais riscos de redução ao valor recuperável dos Títulos e valores mobiliários. Considerando a natureza desses ativos e o histórico de perdas, a ITAÚSA não constituiu perdas por redução ao valor recuperável dos referidos ativos.

6.2 Investimento em Debêntures

	Controladora
Saldo em 31/12/2019	-
Aquisição	20
Saldo em 31/12/2020	20

Refere-se a debêntures simples não conversíveis em ações, emitidas pela coligada Copagaz, adquiridas pela ITAÚSA em 23 de dezembro de 2020 e com data de vencimento em 23 de dezembro de 2030. A remuneração é de CDI + 5%, paga na data de vencimento, e a mensuração da mesma é por meio de custo amortizado.

7. CLIENTES

Consolidado								
31/12/2020								
	A vencer	Vencidos				Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias			
Cientes no país	1.011	30	5	5	7	69	(78)	1.049
Cientes no exterior	109	54	9	3	5	7	(6)	181
Partes relacionadas	8	1	-	-	-	-	-	9
Total	1.128	85	14	8	12	76	(84)	1.239

31/12/2019								
	A vencer	Vencidos				Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias			
Cientes no país	904	27	4	3	11	67	(81)	935
Cientes no exterior	115	25	9	7	6	8	(2)	168
Partes relacionadas	32	-	-	-	-	-	-	32
Total	1.051	52	13	10	17	75	(83)	1.135

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes. Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% do contas a receber ou das receitas.

O saldo de Clientes e a PECLD contemplam os impactos da COVID-19, conforme mencionado na nota 34 no tópico "Duratex".

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Segue abaixo a movimentação da PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(83)	(86)
Aquisição de empresa	-	(11)
Constituições	(25)	(12)
Baixas	24	26
Saldo final	(84)	(83)

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	324	427
Matérias-prima	366	267
Produtos em elaboração	165	139
Almoxarifado geral	118	125
Adiantamento a fornecedores	10	2
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(58)	(107)
Total	925	853

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as controladas não possuíam estoques dados em garantia.

As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(107)	(27)
Aquisição de empresas	-	(37)
Constituições	(53)	(99)
Reversões	44	23
Baixas	60	33
Variação cambial	(2)	-
Saldo final	(58)	(107)

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora						
	Investimentos					Títulos e valores mobiliários	
	Controladas		Controladas em conjunto				
	Duratex	Itautec	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	NTS	Total
Saldo em 31/12/2018	185	-	47	38	-	-	270
Dividendos	-	-	3.922	3.403	-	152	7.477
JCP	28	1	1.300	1.035	-	11	2.375
Recebimentos	(184)	-	(5.178)	(4.426)	-	(163)	(9.951)
Saldo em 31/12/2019	29	1	91	50	-	-	171
Dividendos	-	2	1.608	1.373	9	173	3.165
JCP	86	-	1.156	920	-	7	2.169
Recebimentos	(81)	(3)	(2.304)	(1.943)	(9)	(180)	(4.520)
Saldo em 31/12/2020	34	-	551	400	-	-	985

	Consolidado				
	Investimentos			Títulos e valores mobiliários	
	Controladas em conjunto			NTS	Total
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas		
Saldo em 31/12/2018	47	38	-	-	85
Dividendos	3.922	3.403	-	152	7.477
JCP	1.300	1.035	-	11	2.346
Recebimentos	(5.178)	(4.426)	-	(163)	(9.767)
Saldo em 31/12/2019	91	50	-	-	141
Dividendos	1.608	1.373	9	173	3.163
JCP	1.156	920	-	7	2.083
Recebimentos	(2.304)	(1.943)	(9)	(180)	(4.436)
Saldo em 31/12/2020	551	400	-	-	951

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros tributos a compensar						
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	12	11	18	17
PIS e COFINS	2	2	10	37	10	10
ICMS e IPI	-	-	54	44	-	-
Outros	-	-	16	11	20	20
Subtotal	2	2	92	103	48	47
(-) Perda estimada na realização de créditos ⁽²⁾	-	-	(14)	(12)	(30)	(30)
Total	2	2	78	91	18	17
Outros tributos a recolher						
PIS e COFINS	29	8	33	19	-	-
ICMS e IPI	-	-	49	40	-	-
Parcelamento de impostos ⁽³⁾	-	-	22	27	87	127
INSS	-	-	3	2	-	-
Outros	-	-	1	1	-	-
Total	29	8	108	89	87	127

⁽¹⁾ Refere-se à controlada Duratex: o ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados, substancialmente, na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

⁽²⁾ Na controlada Itautec, devido a perspectiva de não realização dos tributos federais, estaduais e municipais, a Administração decidiu pelo reconhecimento de perdas.

⁽³⁾ Na controlada Duratex, refere-se ao parcelamento de impostos de sua controlada Cecrisa.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros ativos									
Despesas antecipadas		10	9	12	18	26	15	12	18
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	30.1.2	1	1	1	1	11	6	15	12
Alienação de Imobilizados	11.1	-	-	-	-	49	13	29	73
Alienação de Investimentos		-	-	-	-	-	-	18	18
Alienação de Propriedade para investimento		-	-	-	-	2	22	-	-
Fomento nas operações florestais		-	-	-	-	-	-	10	10
Adiantamento a funcionários		7	1	-	-	15	11	-	-
Ativos indenizáveis		-	-	-	-	-	-	17	17
Retenção de valores na aquisição de empresas		-	-	-	-	2	2	34	31
Venda de energia elétrica		-	-	-	-	4	8	-	-
Ativo mantido para venda		-	-	-	-	48	48	-	-
Demais ativos		20	12	9	5	39	20	24	23
Total		38	23	22	24	196	145	159	202
Outros passivos									
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	83	28	8	6
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs ^(*)		-	-	-	-	7	12	-	-
Aquisição de áreas para reflorestamento		-	-	-	-	21	3	-	-
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's ^(*)		-	-	-	-	-	31	89	89
Aquisições de empresas		-	-	-	-	28	28	32	125
Frete e seguros a pagar		-	-	-	-	42	28	-	-
Comissões a pagar		-	-	-	-	17	20	-	-
Garantias, assistência técnica e manutenção		-	-	-	-	45	25	6	5
Passivos com <i>Joint operation</i>		-	-	-	-	-	-	50	43
Provisão para reestruturação		-	-	-	-	3	4	-	-
Empréstimos consignados		-	-	-	-	2	2	-	-
Vendas para entrega futura		-	-	-	-	17	16	-	-
Participação estatutária		-	-	-	-	19	17	-	-
Aquisição NTS	11.2	-	-	425	319	-	-	425	319
Aquisição de fazendas		-	-	-	-	-	-	33	-
Demais passivos		21	7	-	20	60	24	6	33
Total		21	7	425	339	344	238	649	620

(*) SCP – Sociedade em Conta de Participação

11.1. Alienação de imobilizado

Refere-se, substancialmente, aos montantes a receber decorrentes da venda de fazendas da controlada indireta Duratex Florestal.

11.2. Aquisição NTS

Refere-se à obrigação de pagamento junto ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia decorrente da aquisição da participação de 7,65% no capital social da NTS, no montante original de US\$72 milhões, corrigidos com juros prefixados de 3,35% a.a., capitalizados anualmente ao principal, a ser pago em parcela única em abril de 2022. A variação no saldo em 31 de dezembro de 2020 em relação à 31 de dezembro de 2019 foi impulsionada, substancialmente, pela variação cambial ocorrida no exercício motivada, dentre outros aspectos, pela COVID-19, conforme mencionado na nota 34 no tópico "ITAÚSA".

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

As controladas indiretas Duratex S.A. (Colômbia), Duratex Florestal Ltda. e Caetex Florestal S.A. detêm reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2020 as empresas possuíam, aproximadamente, 101,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (139,2 mil hectares em 31 de dezembro de 2019) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia. A redução nas áreas de efetivo plantio deve-se, principalmente, pela parte do aporte de capital na coligada indireta LD Celulose S.A..

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Custo de formação dos ativos biológicos	1.117	1.045
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	512	499
Aporte de Capital social - coligada indireta LD Celulose	(486)	-
Total	1.143	1.544

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		1.544	1.565
Varição no valor justo			
Preço/Volume	24	117	126
Exaustão		(104)	(171)
Varição no custo de formação			
Custos com o plantio		199	194
Exaustão		(127)	(170)
Aporte de Capital social - coligada indireta LD Celulose	15.1.6	(486)	-
Saldo final		1.143	1.544

12.1. Valor justo e análise de sensibilidade

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2020 de 7,05% a.a. (5,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Duratex, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.
- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto; (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o Eucalipto e 12º ano para o Pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas Demonstrações Contábeis.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2020 era de R\$47,81/m³ (R\$45,03/m³ em 31 de dezembro de 2019). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$47 (R\$72 em 31 de dezembro de 2019).

Em relação à taxa de desconto em 31 de dezembro de 2020 foi utilizada 7,05% a.a. (5,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Aumentos na taxa acarretam queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$8 (R\$8 em 31 de dezembro de 2019).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora					
	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2019	Realização/ Reversão	31/12/2020
Ativos						
Reconhecidos no Resultado						
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	382	-	-	382	-	382
Diferenças temporárias	538	-	(4)	534	-	534
Contingências	508	-	(3)	505	-	505
Outros	30	-	(1)	29	-	29
Total (*)	920	-	(4)	916	-	916
Passivos						
Reconhecidos no Resultado						
Diferenças temporárias	(60)	(80)	1	(139)	(104)	(243)
Valor justo de instrumentos financeiros	(52)	(78)	-	(130)	(106)	(236)
Outros	(8)	(2)	1	(9)	2	(7)
Total (*)	(60)	(80)	1	(139)	(104)	(243)

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$673 (R\$777 em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado						
	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	559	10	-	569	-	(14)	555
Diferenças temporárias	731	133	(7)	857	65	(46)	876
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	10	-	-	10	-	(3)	7
Contingências	569	44	-	613	37	-	650
Perdas nos estoques	6	26	-	32	-	(16)	16
Lucros no exterior	38	-	(3)	35	9	-	44
<i>Impairment</i> de imobilizado	29	42	-	71	-	(21)	50
Benefício Pós-emprego	6	5	-	11	-	(4)	7
Outros	73	16	(4)	85	19	(2)	102
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Benefício Pós-emprego	4	9	-	13	-	(4)	9
Total ^(*)	1.294	152	(7)	1.439	65	(64)	1.440
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(458)	(122)	41	(539)	(108)	32	(615)
Reserva de reavaliação	(41)	(25)	-	(66)	-	3	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(51)	(79)	-	(130)	(106)	-	(236)
Depreciação	(17)	(11)	-	(28)	-	2	(26)
Venda de imobilizado	(6)	-	5	(1)	-	-	(1)
Ativos biológicos	(186)	-	14	(172)	-	4	(168)
Carteira de clientes	(48)	-	9	(39)	-	7	(32)
Planos de Pensão	(38)	(4)	1	(41)	-	5	(36)
Mais valia de ativos	(24)	-	-	(24)	(1)	-	(25)
Outros	(47)	(3)	12	(38)	(1)	11	(28)
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	(4)	(1)	-	(5)	(5)	-	(10)
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Total ^(*)	(462)	(123)	41	(544)	(114)	32	(626)

^(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$958 (R\$1.108 em 31 de dezembro de 2019) e no passivo diferido em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$144 (R\$213 em 31 de dezembro de 2019).

13.1. Ativos diferidos

13.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações. Segue abaixo a expectativa de realização dos ativos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2021	-	132
2022	14	69
2023	252	324
2024	130	200
2025	504	570
2026 - 2028	16	145
Total	916	1.440

13.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$376 (R\$79 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado ao montante de R\$519 (R\$243 em 31 de dezembro de 2019). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Para o contrato de arrendamento da ITAÚSA, a Administração não considerou a possibilidade de renovação (48 meses no total), por entender que, ao vencimento do contrato, as condições para a renovação tendem a ser substancialmente diferentes das atuais, caracterizando um novo contrato. Já a controlada Duratex, devido às características de longo prazo dos contratos, de modo substancial, não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

Em relação ao valor dos pagamentos, tratam-se, substancialmente, de valores fixos estabelecidos em contrato corrigidos anualmente por indexador atrelado à inflação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial - 01/01/2019	-	488	10	3	-	-	501
Novos contratos / atualizações	13	34	1	-	13	5	53
Depreciação no exercício (Resultado)	(1)	(2)	(5)	(2)	(1)	(2)	(12)
Depreciação no exercício (*)	-	(24)	-	-	-	-	(24)
Aquisição de empresas	-	-	3	-	-	5	8
Ajuste por remensuração	-	40	1	-	-	-	41
Saldo em 31/12/2019	12	536	10	1	12	8	567
Novos contratos / atualizações	-	24	11	3	-	17	55
Depreciação no exercício (Resultado)	(2)	(1)	(6)	(2)	(2)	(4)	(15)
Depreciação no exercício (*)	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Variação cambial	-	2	-	-	-	1	3
Baixa de contratos	-	(240)	(1)	-	-	-	(241)
Saldo em 31/12/2020	10	300	14	2	10	22	348

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado					
	Equipamentos de informática	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial - 01/01/2019	-	-	488	10	3	-	-	501
Novos contratos / atualizações	13	13	34	1	-	13	5	53
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	1	1	-	-	-	2
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	51	-	-	-	-	51
Pagamentos	(1)	(1)	(63)	(5)	(2)	(1)	(3)	(74)
Aquisição de empresas	-	-	-	4	-	-	6	10
Ajuste por remensuração	-	-	40	1	-	-	-	41
Saldo em 31/12/2019	12	12	551	12	1	12	8	584
Novos contratos / atualizações	-	-	24	11	3	-	17	55
Juros apropriados no exercício (Resultado)	1	1	2	1	-	1	1	5
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	30	-	-	-	-	30
Pagamentos	(2)	(2)	(43)	(7)	(2)	(3)	(5)	(60)
Baixa de contratos	-	-	(246)	(1)	-	-	-	(247)
Variação cambial	-	-	2	-	-	-	1	3
Saldo em 31/12/2020	11	11	320	16	2	10	22	370
Circulante		3						25
Não circulante		8						345

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prazos dos contratos		
Até 5 anos	5,85% a.a.	De 5,85% a 7,37% a.a.
De 6 a 10 anos	-	10,72% a.a.
Acima de 10 anos	-	11,94% a.a.

Os vencimentos dos passivos de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
Circulante		
2021	3	25
Total	3	25
Não circulante		
2022	3	23
2023	3	18
2024	2	15
2025	-	12
2026	-	12
2027 - 2031	-	42
2032 - 2036	-	26
2037 - 2046	-	79
Acima de 2047	-	118
Total	8	345

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	11	12	13	14
Depreciação	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	10	11	12	13
Passivos de arrendamento	12	11	15	15
Juros a apropriar	(1)	(1)	(3)	(1)
Total	11	10	12	14
	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	413	1.005	603	824
Depreciação	(65)	(108)	(36)	(46)
Total	348	897	567	778
Passivos de arrendamento	1.011	2.323	1.845	3.451
Juros a apropriar	(641)	(1.364)	(1.261)	(2.626)
Total	370	959	584	825

15. INVESTIMENTOS

15.1. Movimentação dos investimentos

	Controladora								Total
	Controladas em conjunto			Controladas				Coligada	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.1.2)	Duratex (Nota 15.1.4)	Itautec (Nota 15.1.3)	Itaúsa Empreendi- mentos (Nota 15.1.1)	ITH Zux Cayman	Copagaz (Nota 15.1.7)	
Saldo em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	1.694	25	306	2	-	54.810
Resultado de participação societária	5.519	4.725	29	148	14	1	-	-	10.436
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(5.452)	(4.620)	-	(42)	(2)	-	-	-	(10.116)
Aquisição de ações	-	-	154	-	-	-	-	-	154
Outros resultados abrangentes	(28)	(24)	(3)	4	-	-	-	-	(51)
Outros	(88)	(78)	1	3	2	(307)	-	-	(467)
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	1.921	1.807	39	-	2	-	54.766
Resultado de participação societária	3.830	3.253	(36)	166	-	-	1	-	7.214
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(2.951)	(2.442)	(9)	(97)	(1)	-	-	-	(5.500)
Aquisição de ações	-	-	41	-	-	-	-	1.219	1.260
Outros resultados abrangentes	205	180	52	22	-	-	-	-	459
Outros	75	65	2	1	-	-	-	-	143
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	1.971	1.899	38	-	3	1.219	58.342
Valor de mercado em 31/12/2019 (*)	135.427	-	5.550	4.228	-	-	-	-	-
Valor de mercado em 31/12/2020 (*)	115.450	-	7.097	4.839	-	-	-	-	-

	Consolidado							Total
	Controladas em conjunto			Controlada indireta	Coligada indireta	Controlada em conjunto indireta	Coligada	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.1.2)	Viva Decora (Nota 15.1.5)	LD Celulose (Nota 15.1.6)	LD Florestal	Copagaz (Nota 15.1.7)	
Saldo em 31/12/2018	27.861	23.182	1.740	9	-	39	-	52.831
Resultado de participação societária	5.519	4.725	29	(2)	-	1	-	10.272
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(5.452)	(4.620)	-	-	-	-	-	(10.072)
Aquisição de ações	-	-	154	5	-	-	-	159
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	-	-	68	-	68
Outros resultados abrangentes	(28)	(24)	(3)	-	-	-	-	(55)
Outros	(88)	(78)	1	2	-	-	-	(163)
Saldo em 31/12/2019	27.812	23.185	1.921	14	-	108	-	53.040
Resultado de participação societária	3.830	3.253	(36)	(2)	(65)	-	-	6.980
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(2.951)	(2.442)	(9)	-	-	-	-	(5.402)
Aquisição de ações	-	-	41	-	-	-	1.219	1.260
Aumento (Redução) de capital social	-	-	-	-	1.018	-	-	1.018
Outros resultados abrangentes	205	180	52	-	(102)	-	-	335
Outros	75	65	2	(11)	1	(1)	-	131
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	1.971	1	852	107	1.219	57.362
Valor de mercado em 31/12/2019 (*)	135.427	-	5.550	-	-	-	-	-
Valor de mercado em 31/12/2020 (*)	115.450	-	7.097	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3).

15.1.1. Incorporação da subsidiária integral Itaúsa Empreendimentos

Em 30 de agosto de 2019 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da subsidiária integral Itaúsa Empreendimentos pela ITAÚSA. A Itaúsa Empreendimentos possuía estrutura administrativa composta de aproximadamente 80 profissionais.

Essa reorganização societária teve por objetivo buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos administrativos e das obrigações acessórias advindos da manutenção da Itaúsa Empreendimentos.

Considerando a estrutura societária da Itaúsa Empreendimentos, a incorporação foi implementada sem diluição do capital da ITAÚSA, uma vez que não houve aumento de capital, emissão de novas ações, relação de substituição de ações ou direito de recesso para quaisquer acionistas.

15.1.2. Aquisição de participação societária adicional na Alpargatas

Nos meses de maio e agosto de 2019 a ITAÚSA adquiriu na B3 (mercado balcão) 7.693.152 ações preferenciais da Alpargatas pelo montante total de R\$154. As ações adquiridas representam 1,33% do total de ações da Alpargatas, passando a ITAÚSA a deter uma participação total de 28,88% (desconsiderando as ações em tesouraria).

Já entre os meses de março e abril de 2020, a ITAÚSA novamente adquiriu na B3 mais 1.789.900 ações preferenciais da Alpargatas pelo montante total de R\$41. As ações adquiridas representam 0,31% do total de ações da Alpargatas, passando a ITAÚSA a deter uma participação total de 29,19% (desconsiderando as ações em tesouraria).

Em junho e setembro de 2020 a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, das aquisições realizadas em maio de 2019 e agosto de 2019, respectivamente, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Para as demais aquisições, o processo de alocação do preço de compra permanece em andamento.

15.1.3. Conclusão da incorporação das ações da Itaotec

Em 14 de junho de 2019 foi concluída a incorporação de ações da Itaotec pela ITAÚSA. A transação foi aprovada pelos acionistas de ambas as companhias nas respectivas Assembleias Gerais realizadas em 30 de abril de 2019. Os acionistas da Itaotec passaram a ser detentores de igual quantidade de ações preferenciais de emissão da ITAÚSA (ITSA4). Para tanto, foram emitidas pela ITAÚSA 118.815 ações preferenciais (ITSA4), culminando na diluição de 0,001% para o acionista da ITAÚSA. Essas ações passaram a ter direito a todos os proventos declarados a partir da referida data. O exercício do direito de dissidência por acionistas da ITAÚSA culminou na aquisição de 1.873 ações ordinárias para tesouraria, que foram canceladas por meio de deliberação do Conselho de Administração em 12 de agosto de 2019.

Adicionalmente, em 15 de agosto de 2019, a Itaotec teve seu pedido de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria "A" concedido pela CVM.

15.1.4. Aquisição da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. ("Cecrisa") pela controlada Duratex

Em 31 de julho de 2019 a controlada Duratex, por meio de sua controlada Cerâmica Urussanga S.A. ("Ceusa"), adquiriu 100% das ações do capital social da Cecrisa e de suas controladas, empresas especializadas na fabricação de revestimentos cerâmicos, pelo valor de R\$378.

15.1.5. Aquisição integral da Viva Decora pela controlada Duratex

Em Comunicado ao Mercado realizado em 5 de agosto de 2020, a controlada Duratex comunicou que, em 31 de julho de 2020, celebrou contrato para a aquisição integral da então coligada Viva Decora Internet Ltda. ("Viva Decora"), a qual a controlada Duratex já possuía 44,16% de participação.

Para a aquisição não foi necessário nenhum desembolso financeiro por parte da controlada Duratex dado que o pagamento aos demais quotistas foi realizado por meio do caixa disponível na Viva Decora.

15.1.6. Operações societárias na controlada Duratex

Em janeiro de 2020 a controlada Duratex concluiu cisão parcial de sua subsidiária integral Duratex Florestal Ltda., incorporando assim os seguintes montantes:

Descrição	Valor
Estoque	2
Imobilizado	6
Ativo biológico	486
Obrigações com pessoal	(1)
Tributos diferidos	(65)
Total	428

Após a incorporação, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a controlada Duratex realizou aporte de Capital social na sua coligada LD Celulose S.A., nos montantes demonstrados abaixo:

Descrição	Nota	Valor
Estoque		2
Imobilizado	16.2	9
Ativo biológico	12	486
Obrigações com pessoal		(1)
Total		496

Adicionalmente aos aportes acima, a controlada Duratex também realizou aportes monetários de Capital social, no montante de R\$522, totalizando um aporte total na sua coligada LD Celulose S.A. de R\$1.018.

15.1.7. Conclusão do investimento na Copagaz com a aquisição da Liquigás

Em 23 de dezembro de 2020 a ITAÚSA comunicou o mercado, por meio de Fato Relevante, que concluiu, nesta data, a aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A. ("Liquigás") pelo grupo composto pela ITAÚSA, Copagaz e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. ("Nacional Gás"). Foi concluído, também nesta data, o aporte da ITAÚSA na Copagaz, tornando-a, assim, acionista minoritária relevante (coligada).

A participação da ITAÚSA na operação ocorreu por meio de subscrição de 48,5% do capital votante e total, no valor de R\$1.212, e também por meio de aquisição de debêntures emitidas pela Copagaz no valor de R\$20 (Nota 6.2). O restante do capital permanecerá com a atual acionista da Copagaz, holding da família Ueze Zahran, que, por sua vez, manterá o controle da companhia.

Para financiar a operação, a ITAÚSA emitiu, em 15 de dezembro de 2020, debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$1.300, com vencimento em 10 anos e custo baseado na taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) acrescida de 2,4% ao ano (Nota 20).

A ITAÚSA celebrou Acordo de Acionistas com a família Ueze Zahran e passou a ter o direito de indicar dois membros (de um total de cinco) para o Conselho de Administração da Copagaz e para seus Comitês de Auditoria e de Pessoas e Remuneração, que serão instituídos num futuro próximo. Adicionalmente, terá outros direitos usuais atribuíveis a acionistas minoritários relevantes.

A Nacional Gás adquirirá fatia minoritária na Liquigás e, após reorganização societária que ocorrerá nos próximos meses, passará a ser detentora de ativos em determinadas localidades equivalentes a 18% do volume de GLP vendido pela Liquigás. A integração das operações da Liquigás permitirá à Copagaz a captura de sinergias importantes ao longo dos próximos anos, criando a líder no setor de distribuição de GLP no Brasil.

Esse novo investimento está alinhado à estratégia de alocação de capital da ITAÚSA, permitindo à companhia maior exposição ao setor de energia brasileiro, além de associar-se a um parceiro estratégico e tradicional, experiência de mais de 60 anos de atuação, com valores compatíveis e excelência operacional comprovada.

Devido ao fato da aquisição da Copagaz ter sido finalizada ao final do mês de dezembro, a alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo do exercício de 2021, após a emissão de laudo de avaliação realizado por auditor independente.

15.2. Reconciliação dos investimentos

	Controladora						
	31/12/2020						
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas
	Itaú			ITH Zux			
	Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Duratex	Itautec	Cayman	Copagaz
Patrimônio líquido da investida	142.993	36.910	2.949	5.187	38	3	1.537
% de participação	19,91%	66,53%	29,19%	36,61%	100,00%	100,00%	48,50%
Participação no Investimento	28.474	24.557	860	1.899	38	3	745
Resultados não realizados	(10)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(316)	-	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios							
Mais valia	47	-	418	-	-	-	-
Ágio (<i>Goodwill</i>)	460	-	693	-	-	-	474
Saldo contábil do Investimento na controladora	28.971	24.241	1.971	1.899	38	3	1.219

	Controladora						
	31/12/2019						
	Controladas em conjunto			Controladas			
	Itaú			ITH Zux			
	Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Duratex	Itautec	Cayman	
Patrimônio líquido da investida	136.925	34.847	2.643	4.931	39	2	2
% de participação	19,95%	66,53%	28,88%	36,65%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação no Investimento	27.314	23.185	765	1.807	39	2	2
Resultados não realizados	(12)	-	-	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios							
Mais valia	50	-	443	-	-	-	-
Ágio	460	-	713	-	-	-	-
Saldo contábil do Investimento na controladora	27.812	23.185	1.921	1.807	39	2	2

15.3. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

Setor financeiro	Controladas em conjunto			
	Itaú Unibanco		IUPAR	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Qtde. de ações em circulação das investidas	9.762.456.896	9.745.601.763	1.061.396.457	1.061.396.457
ON	4.958.290.359	4.958.290.359	710.454.184	710.454.184
PN	4.804.166.537	4.787.311.404	350.942.273	350.942.273
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	1.944.075.803	1.944.075.803	706.169.365	706.169.365
ON	1.943.906.480	1.943.906.480	355.227.092	355.227.092
PN	169.323	169.323	350.942.273	350.942.273
% de participação ⁽¹⁾	19,91%	19,95%	66,53%	66,53%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	46.224	30.367	-	-
Ativos financeiros	1.851.322	1.501.481	727	120
Ativos não financeiros	121.705	105.633	37.565	36.039
Passivos financeiros	1.579.686	1.211.999	126	73
Passivos não financeiros	285.040	276.017	1.256	1.239
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	142.993	136.925	36.910	34.847
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2020	2019	2020	2019
Resultado de produtos bancários	100.199	117.079	-	-
Tributos sobre o lucro	9.834	(3.430)	-	-
Lucro líquido atribuível aos controladores	18.896	27.113	4.889	7.101
Outros resultados abrangentes	1.029	(138)	271	(36)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019	2020	2019
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	46.689	(24.801)	-	(179)

(1) A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,91% e indireta de 17,47%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 26,26% de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,39% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% e indireta de 25,86%, por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% de participação no capital votante.

	Controlada		Controlada em conjunto	
	Duratex		Alpargatas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Setor não financeiro				
Qtde. de ações em circulação das investidas	690.560.803	689.732.785	578.937.992	578.816.719
ON	690.560.803	689.732.785	302.010.657	302.010.657
PN	-	-	276.927.335	276.806.062
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	252.807.715	252.807.715	168.972.496	167.182.596
ON	252.807.715	252.807.715	129.528.793	129.528.793
PN	-	-	39.443.703	37.653.803
% de participação	36,61%	36,65%	29,19%	28,88%
% de participação no capital votante	36,61%	36,65%	42,89%	42,89%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos circulantes	4.220	3.514	2.680	2.610
Ativos não circulantes	7.278	7.201	2.135	1.912
Passivos circulantes	2.412	2.150	1.277	1.256
Passivos não circulantes	3.898	3.633	519	531
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.187	4.931	2.949	2.643
Caixa e equivalentes de caixa	1.728	1.243	693	566
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	3.206	2.949	244	279
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2020	2019	2020	2019
Receitas líquidas	5.880	5.012	3.364	3.280
Receita financeira	132	103	161	92
Despesa financeira	(269)	(264)	(234)	(93)
Tributos sobre o lucro	(81)	(73)	8	(111)
Lucro líquido atribuível aos controladores	454	406	140	274
Outros resultados abrangentes	58	1	171	8
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019	2020	2019
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	485	81	127	47

15.4. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos Investimentos e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, Alpargatas e Duratex, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento mencionado acima, contudo, utilizando o valor das ações do Itaú Unibanco.

Para as investidas Itaotec e ITH Zux Cayman, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2020			31/12/2019				
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	18	-	18	-	18	-	18
Construções e benfeitorias	2,5%	89	(21)	68	2,5%	88	(19)	69
Máquinas, instalações e equipamentos	De 10,0% a 20,0%	20	(6)	14	De 10,0% a 20,0%	18	(5)	13
Móveis e utensílios	10,0%	4	(2)	2	10,0%	4	(1)	3
Subtotal		131	(29)	102		128	(25)	103
Imobilizados em andamento		1	-	1		-	-	-
Total		132	(29)	103		128	(25)	103

	Consolidado							
	31/12/2020			31/12/2019				
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	738	-	738	-	704	-	704
Construções e benfeitorias	De 2,5% a 4,0%	1.386	(583)	803	De 2,5% a 4,0%	1.379	(547)	832
Máquinas, instalações e equipamentos	De 6,4% a 20,0%	5.208	(3.383)	1.825	De 6,5% a 20,0%	4.940	(3.112)	1.828
Móveis e utensílios	10,0%	77	(54)	23	10,0%	71	(50)	21
Veículos	De 20,0% a 25,0%	73	(61)	12	De 20,0% a 25,0%	72	(59)	13
Outros	De 10,0% a 20,0%	304	(225)	79	De 10,0% a 20,0%	285	(206)	79
Subtotal		7.786	(4.306)	3.480		7.451	(3.974)	3.477
Imobilizado em andamento		136	-	136		192	-	192
Total		7.922	(4.306)	3.616		7.643	(3.974)	3.669

16.2. Movimentação

	Controladora							
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	19	70	7	3	-	-	-	99
Aquisições	-	10	7	-	-	-	-	17
Baixas	(1)	(8)	(1)	-	-	-	-	(10)
Depreciação	-	(2)	(1)	-	-	-	-	(3)
Transferências	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	18	69	13	3	-	-	-	103
Aquisições	-	3	1	-	-	-	1	5
Depreciação	-	(2)	(1)	-	-	-	-	(3)
Transferências	-	(2)	1	(1)	-	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2020	18	68	14	2	-	-	1	103

	Consolidado							
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	656	672	1.794	18	13	78	107	3.338
Aquisições	43	11	47	2	2	9	195	309
Baixas	(46)	(24)	(75)	(1)	-	(2)	(7)	(155)
Depreciação	-	(35)	(270)	(3)	(4)	(19)	-	(331)
Transferências	(6)	13	92	4	2	9	(114)	-
Aquisição de empresas	59	231	240	1	-	4	11	546
Transferência para Ativos mantidos para venda	(4)	(37)	-	-	-	-	-	(41)
Outros	2	1	-	-	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2019	704	832	1.828	21	13	79	192	3.669
Aquisições	53	4	38	3	-	12	176	286
Baixas	(24)	(11)	(5)	-	-	(1)	(10)	(51)
Depreciação	-	(36)	(270)	(4)	(3)	(20)	-	(333)
Transferências	-	10	199	3	3	10	(224)	1
Aporte de Capital social - controlada indireta LD Celulose	(3)	(2)	(2)	-	(1)	(1)	-	(9)
Outros	8	6	37	-	-	-	2	53
Saldo em 31/12/2020	738	803	1.825	23	12	79	136	3.616

16.3. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Duratex possuía em seu ativo imobilizado terrenos, maquinários e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2019).

16.4. Avaliação do valor recuperável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.5. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Duratex e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) *benchmarking* e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas, sendo a única alteração no item de Máquinas, Instalações e Equipamentos, onde a taxa passou de 6,5%a.a. em 31 de dezembro de 2019 para 6,4%a.a. em 31 de dezembro de 2020.

17. INTANGÍVEL

17.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	6	(2)	4	20,0%	5	(1)	4
Subtotal		6	(2)	4		5	(1)	4
Intangíveis em andamento		4	-	4		-	-	-
Total		10	(2)	8		5	(1)	4

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	199	(106)	93	20,0%	157	(93)	64
Marcas e patentes	-	209	-	209	-	209	-	209
Ágio por rentabilidade futura	-	324	-	324	-	319	-	319
Carteira de clientes	6,7%	404	(295)	109	6,7%	400	(269)	131
Subtotal		1.136	(401)	735		1.085	(362)	723
Intangíveis em andamento		4	-	4		-	-	-
Total		1.140	(401)	739		1.085	(362)	723

17.2. Movimentação

Controladora						
Nota	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	1	-	-	-	-	1
Aquisições	3	-	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2019	4	-	-	-	-	4
Aquisições	1	-	-	-	4	5
Amortizações	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 31/12/2020	4	-	-	-	4	8

Consolidado						
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	53	56	156	158	-	423
Aquisições	29	-	-	-	-	29
Baixas	(12)	-	-	-	-	(12)
Amortizações	(8)	-	-	(27)	-	(35)
Redução ao valor recuperável	25	(9)	-	-	-	(9)
Aquisição de empresas	15.1.4	2	162	163	-	327
Saldo em 31/12/2019	64	209	319	131	-	723
Aquisições	55	-	-	-	4	59
Baixas	(13)	-	-	-	-	(13)
Amortizações	(13)	-	-	(26)	-	(39)
Redução ao valor recuperável	25	-	(13)	-	-	(13)
Aquisição de empresas	15.1.4 e 15.1.5	-	18	-	-	18
Outros	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31/12/2020	93	209	324	109	4	739

17.3. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Duratex reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Satipel		46	46
Metalúrgica Jacareí		2	2
Caetex Florestal		9	9
Ceusa e Massima		99	99
Cecrisa	15.1.4	168	163
Total		324	319

17.4. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Duratex realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.

As projeções utilizadas pela controlada Duratex na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais. Adicionalmente, as premissas representam adequadamente a realidade dos seus negócios considerando, inclusive, importantes reestruturações.

As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos	5 anos
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	10,01% a.a. (*)	8,85% a.a. (*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 1,4% a.a. Louças: 2,2% a.a. Metais: 1,2% a.a. Chuveiros: 1,0% a.a. Revestimentos cerâmicos: 1,3% a.a.	Painéis: 2,5% a.a. Louças: 1,5% a.a. Metais: 0,9% a.a. Chuveiros: 1,5% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,5% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,00% a.a.	3,50% a.a.

(*) Taxa de desconto antes do imposto de renda de 13,71% para 2020 e 13,42% para 2019.

18. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não Circulante
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Nacionais	8	6	7	1.019	563	7
Estrangeiros	-	-	-	78	68	-
Total	8	6	7	1.097	631	7

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Composição

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Consolidado			
				31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES (com swap)	103,89% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	10	70	10	80
BNDES (com swap)	117,51% CDI	Mensal	Aval (70% Itaúsa / 30% Pessoa Física)	-	3	-	4
CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio	98,0% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A	-	695	-	696
Crédito exportação	104,8% CDI	Até Jan/2021	--	28	-	280	28
FGPP - Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor (Banco do Brasil) (com swap)	Pré 6,6% até 7,9% a.a.	Até Jun/2020	--	-	-	389	-
FINAME	6% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	1	3
FINAME	Pré 5,60% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	-	-	-	1
FINAME	Pré 5,88% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária Máq. Equipamentos	-	-	2	6
FINAME	Pré 9,0% a.a.	Semestral	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	-	-	1	-
FINAME	TJLP+2,3% a.a./ Pré 6% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	3	4	12	17
FINAME	TJLP+3,7% a.a. até +4% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária e aval Duratex S.A.	-	-	2	2
FINEP	TJLP+0,5% a.a.	Mensal	20% Duplicatas + Fiança Banco Safra	-	-	12	-
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	Pré 6,05% a.a. até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. + hipoteca de terreno	1	11	-	7
FUNDIEST - Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas	30% IGP-M a.m.	Mensal	Aval - Cia. Ligna de Investimentos	-	-	29	-
Nota crédito exportação	104,9% CDI	Até Jan/2021	Aval - Duratex S.A.	36	-	37	35
Crédito exportação (a)	CDI + 1,45% a.a.	Março de 2023	--	-	515	-	-
Financiamento à exportação - FINEX - Lei nº 4.131 (a)	CDI + 0,39% a.a.	Março de 2021	--	138	-	-	-
Cédula de Crédito de Exportação (a)	CDI + 1,81% a.a.	Mai de 2023	30% de cessão de direitos creditórios de aplicação financeira	96	135	-	-
Cédula de Crédito Bancário (a)	CDI + 2,80% a.a.	Abril de 2021	--	258	-	-	-
Total moeda nacional				570	1.433	775	879
Moeda estrangeira							
Leasing	DTF + 2% a.a.	Mensal	Nota promissória	1	1	-	-
ACC ^(*) - Banco do Brasil	US\$+5,00% a.a.	Até Fev/2020	40% Duplicatas	-	-	2	-
ACC ^(*) - Bocom BBM (com swap)	US\$+10,19% a.a.	Até Abr/2020	Nota promissória	-	-	3	-
ACC ^(*) - Banco Santander	US\$+6,38% a.a.	Até Jul/2020	Nota promissória Aval Portinari	-	-	9	-
ACC ^(*) - Banco Safra	US\$+5,46% a.a.	Até Mai/2020	15,70% Duplicatas	-	-	8	-
ACC ^(*) - Banco Bradesco	US\$+5,80% a.a.	Até Nov/2020	Clean	-	-	6	-
ACE ^(**) - Banco do Brasil	US\$+4,27% a.a.	Até Mar/2020	40% Duplicatas	-	-	3	-
Total moeda estrangeira				1	1	31	-
Total Empréstimos e financiamentos				571	1.434	806	879

(*) ACC - Adiantamento sobre Contratos de Câmbio

(**) ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues

(a) Captações realizadas com o objetivo de reperfilar as dívidas e reforçar o capital de giro, mediante os impactos da COVID-19 mencionados na nota 34 no tópico "Duratex". Entre setembro e dezembro de 2020 a controlada Duratex liquidou antecipadamente R\$527 de principal e juros de parte das captações de Cédula de Crédito Bancário.

Os empréstimos e financiamentos identificados na tabela anterior como “*com swap*” estão mensurados ao valor justo por meio do resultado para evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado.

Os *covenants* relacionados aos contratos de Empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 4.2.3.1.

19.2. Movimentação

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2018	2.863
Ingressos	10
Juros e atualização monetária	235
Amortização - Principal	160
Amortização - Juros e atualização monetária	(1.348)
Transferências	(235)
Saldo em 31/12/2019	1.685
Ingressos	1.641
Juros e atualização monetária	96
Amortização - Principal	(1.345)
Amortização - Juros e atualização monetária	(72)
Saldo em 31/12/2020	2.005
Circulante	571
Não circulante	1.434

19.3. Prazo de vencimento

	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2020</u>		
	<u>Moeda nacional</u>	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>Total</u>
Circulante			
2021	570	1	571
Total	570	1	571
Não circulante			
2022	805	1	806
2023	567	-	567
2024	12	-	12
2025	11	-	11
2026 - 2029	36	-	36
Acima de 2030	2	-	2
Total	1.433	1	1.434

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

									Controladora			
									31/12/2020		31/12/2019	
Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	2	1.200	6	1.200
3ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	12/2020 até 12/2030	1.300.000	1.000	1.300	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (12/2028, 12/2029 e 12/2030)	1	1.300	-	-
3ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	12/2020 até 12/2030	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(8)	-	-
Total									2	2.492	6	1.200
									Consolidado			
									31/12/2020		31/12/2019	
Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	2	1.200	6	1.200
3ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	12/2020 até 12/2030	1.300.000	1.000	1.300	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (12/2028, 12/2029 e 12/2030)	1	1.300	-	-
3ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	12/2020 até 12/2030	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(8)	-	-
6ª emissão	Cecrisa	Série única - ICVM nº476/09	12/2016 até 12/2021	100.000.000	1	100	CDI + 4,50% a.a.	Juros trimestrais sem carência e principal trimestral a partir do 12º mês	-	-	59	-
2ª emissão	Duratex	Série única - ICVM nº476/09	05/2019 até 05/2026	120.000	10.000	1.200	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (05/2024 e 05/2026)	3	1.199	7	1.198
Total									5	3.691	72	2.398

As debêntures não possuem garantias e não são conversíveis em ações.

Os *covenants* relacionados às Debêntures estão apresentados na nota 4.2.3.1.

20.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	1.208	1.208
Ingressos	-	1.197
Aquisições de empresas	-	70
Juros e atualização monetária	75	124
Amortização - Principal	-	(10)
Amortização - Juros e atualização monetária	(77)	(119)
Saldo em 31/12/2019	1.206	2.470
Ingressos - Principal	1.300	1.300
Ingressos - Custo de transação	(9)	(9)
Juros e atualização monetária	37	73
Amortização - Principal	-	(60)
Amortização - Juros e atualização monetária	(40)	(78)
Saldo em 31/12/2020	2.494	3.696
Circulante	2	5
Não circulante	2.492	3.691

20.3. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2021	2	5
Total	2	5
Não circulante		
2022	399	399
2023	399	399
2024	399	998
2025	(1)	(1)
2026	(1)	599
2027 - 2030	1.297	1.297
Total	2.492	3.691

21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

21.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	1.515	1.608	88	14	1.710
Contingências					
Constituição	163	313	48	15	376
Atualização monetária	68	73	22	2	97
Reversão	-	(121)	(17)	(17)	(155)
Pagamentos	-	(12)	(25)	(10)	(47)
Aquisição de empresas	-	4	12	73	89
Combinação de negócios	-	61	5	33	99
Subtotal	1.746	1.926	133	110	2.169
(-) Depósitos judiciais (*)	(408)	(418)	(27)	(51)	(496)
Saldo em 31/12/2019 líquido de Depósitos Judiciais	1.338	1.508	106	59	1.673

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	1.746	1.926	133	110	2.169
Contingências					
Constituição	1	120	24	6	150
Atualização monetária	36	48	23	4	75
Reversão	-	(52)	(18)	(4)	(74)
Pagamentos	-	-	(20)	(32)	(52)
Combinação de negócios	-	2	(2)	66	66
Subtotal	1.783	2.044	141	150	2.335
(-) Depósitos judiciais (*)	(435)	(444)	(30)	(48)	(522)
Saldo em 31/12/2020 líquido de Depósitos Judiciais	1.349	1.600	111	102	1.813

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

21.1.1 Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

Controladora e Consolidado

Destaca-se o processo judicial movido pela ITAÚSA que discute o direito de observar o regime cumulativo de PIS e COFINS, à alíquota de 3,65%, considerando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo (9,25%). A diferença contestada de 5,60% e não recolhida, referente ao período de abril/2011 a outubro/2017, é cobrada em Execução Fiscal garantida por meio de seguro garantia. A diferença do período de novembro/2017 a fevereiro/2020 foi depositada em juízo e, a partir de março/2020, a ITAÚSA passou a recolher a integralidade do PIS e COFINS enquanto aguarda apreciação de seus recursos pelos Tribunais Superiores. A contingência foi provisionada por se tratar de discussão envolvendo obrigação legal, ainda que a probabilidade de perda seja possível.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor provisionado é de R\$1.758 (R\$1.723 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$412 (R\$388 em 31 de dezembro de 2019) correspondem aos depósitos judiciais.

21.1.2. Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

21.1.3. Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

21.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em discussão, cuja perda foi avaliada como possível que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	486	490	1.255	1.171
Trabalhistas	-	-	47	64
Cíveis	19	18	79	94
Total	505	508	1.381	1.329

21.2.1. Tributários

Dentre as principais discussões de processos tributários de probabilidade de perda possível, destacamos os processos abaixo:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$343 (R\$314 em 31 de dezembro de 2019) na ITAÚSA e suas controladas.
- Tributação de Reserva de reavaliação: Discussão relativa à tributação de Reserva de reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$302 (R\$298 em 31 de dezembro de 2019) na controlada Duratex.
- Honorários de sucumbência (Execução fiscal do PIS e COFINS): Refere-se à parcela de honorários advocatícios relativos à execução fiscal descrita na nota 21.1.1. e cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$269 (R\$264 em 31 de dezembro de 2019) na ITAÚSA.

- PIS e COFINS (Glosa de Créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$70 (R\$62 em 31 de dezembro de 2019) na controlada Itaotec.

21.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Tributários e Cíveis			
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		129	126
INSS - Contribuições previdenciárias		44	61
PIS e COFINS	21.3.1	41	17
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		7	8
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		17	11
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		11	11
Outros		19	19
Total		268	253

A ITAÚSA não possui ativo contingente avaliado como provável.

21.3.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

No exercício, a controlada Itaotec apurou crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706. Parte do crédito foi calculada com base na Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/2018, que considera apenas a exclusão do ICMS efetivamente pago, totalizando R\$30. O valor total do crédito ainda está pendente de análise da documentação hábil a garantir a legitimidade do direito creditório para que se inicie a execução da decisão e expedição do precatório judicial.

21.3.2. Bônus do Tesouro Nacional – (“BTN”)

No exercício, a ITAÚSA e a controlada Itaotec obtiveram decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será pago mediante expedição de precatório judicial.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$43.515, sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.828.486.350	63,27	1.001.079.469	18,13	2.829.565.819	33,64
Demais acionistas	1.061.351.420	36,73	4.519.897.691	81,87	5.581.249.111	66,36
Total	2.889.837.770	100,00	5.520.977.160	100,00	8.410.814.930	100,00
Residente no país	2.886.568.858	99,89	3.779.660.755	68,46	6.666.229.613	79,26
Residente no exterior	3.268.912	0,11	1.741.316.405	31,54	1.744.585.317	20,74
	31/12/2019					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.828.486.350	63,27	1.024.860.576	18,56	2.853.346.926	33,92
Demais acionistas	1.061.351.420	36,73	4.496.116.584	81,44	5.557.468.004	66,08
Total	2.889.837.770	100,00	5.520.977.160	100,00	8.410.814.930	100,00
Residente no país	2.886.629.869	99,89	3.363.778.766	60,93	6.250.408.635	74,31
Residente no exterior	3.207.901	0,11	2.157.198.394	39,07	2.160.406.295	25,69

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

22.2. Reservas

22.2.1 Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Opções de ações outorgadas	572	515
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	2	2
Total	586	529

22.2.2. Reservas de lucros

	Controladora					
	Reservas estatutárias					Total
	Reserva legal	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos adicionais propostos	
Saldo em 31/12/2018	1.746	1.961	1.194	1.376	6.429	12.706
Constituição	516	1.241	496	744	-	2.997
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.429)	(6.429)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	3.729	3.729
Dividendos prescritos	-	1	-	-	-	1
Equivalência patrimonial reflexa	-	(54)	-	-	-	(54)
Saldo em 31/12/2019	2.262	3.149	1.690	2.120	3.729	12.950
Constituição	353	2.416	966	1.450	-	5.185
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	48	48
Dividendos prescritos	-	3	-	-	-	3
Equivalência patrimonial reflexa	-	88	-	-	-	88
Saldo em 31/12/2020	2.615	5.656	2.656	3.570	48	14.545

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

- **Reserva de equalização de dividendos:** tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;
- **Reserva para reforço do capital de giro:** tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
- **Reserva para aumento de capital de empresas participadas:** tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Dividendos adicionais propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio que excedem o dividendo mínimo obrigatório, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

22.3. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Quantidade de ações			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
Aquisição de ações	(1.873)	-	(1.873)	(32)
Cancelamento de ações	1.873	-	1.873	32
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	(574)	(505)
Valor justo de Ativos financeiros	380	325
Ajustes de conversão / hiperinflação	2.392	544
Hedge accounting	(3.501)	(2.126)
Total	(1.303)	(1.762)

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas e controladas em conjunto.

22.5. Destinação do resultado, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP

22.5.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido	7.056	10.312
(-) Reserva legal	(353)	(516)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	6.703	9.796
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.676	2.449
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	968	3.536
JCP (bruto)	855	50
Dividendos adicionais propostos (Reservas de lucros)	-	1.901
JCP (bruto) adicionais propostos (Reservas de lucros)	48	1.828
	1.871	7.315
Reservas de lucros	4.832	2.481
	6.703	9.796
% bruto pertencente aos acionistas	28%	75%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e JCP para o exercício de 2020 está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado e previsto)	Valor por ação		Valor distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pagos/Provisionados					
Dividendos trimestrais	01/07/2020	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos adicionais	26/08/2020	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos trimestrais	01/10/2020	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos trimestrais	04/01/2021	0,02000	0,02000	168	168
Dividendos trimestrais	02/04/2021	0,02000	0,02000	168	168
JCP	12/03/2021	0,10165	0,08640	855	727
JCP	12/03/2021	0,01512	0,01286	128	109
		0,21677	0,19926	1.823	1.676
Propostos					
JCP	12/03/2021	0,00568	0,00482	48	40
		0,00568	0,00482	48	40
Total		0,22245	0,20408	1.871	1.716

22.5.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2018	342	66	408	507	263	770
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3.812	2.310	6.122	3.812	2.310	6.122
Dividendos do exercício	3.536	-	3.536	3.536	-	3.536
JCP	-	43	43	-	129	129
Dividendos prescritos	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Pagamentos	(7.343)	(2.368)	(9.711)	(7.507)	(2.564)	(10.071)
Saldo em 31/12/2019	347	50	397	348	137	485
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	1.901	1.608	3.509	1.901	1.698	3.599
Dividendos do exercício	841	-	841	841	-	841
JCP	-	879	879	-	972	972
Dividendos prescritos	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)
Pagamentos	(2.740)	(1.651)	(4.391)	(2.740)	(1.829)	(4.569)
Saldo em 31/12/2020	349	883	1.232	350	975	1.325

23. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	6.161	5.298
Mercado externo	1.149	913
	7.310	6.211
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.430)	(1.203)
	(1.430)	(1.203)
Total	5.880	5.008

24. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Remuneração e encargos com pessoal		(74)	(43)	(1.109)	(1.040)
Matérias primas e materiais de consumo		-	-	(2.712)	(2.225)
Variação nos estoques de produtos acabados e em elaboração		-	-	217	114
Variação no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	117	126
Depreciação e amortização		(7)	(5)	(589)	(691)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		-	-	(25)	(11)
Despesas com transportes		-	-	(368)	(340)
Despesas com publicidade		-	-	(91)	(97)
Seguros		(8)	(7)	(13)	(12)
Outras despesas	24.1	(40)	(68)	(651)	(645)
Total		(129)	(123)	(5.224)	(4.821)
Reconciliação com a Demonstração do Resultado					
Custos dos produtos e serviços		-	-	(4.028)	(3.718)
Despesas com vendas		-	-	(781)	(716)
Despesas gerais e administrativas		(129)	(123)	(415)	(387)
Total		(129)	(123)	(5.224)	(4.821)

24.1. Outras despesas (Controladora)

Do montante acumulado em 2020 de R\$40 (R\$68 em 2019), R\$23 (R\$51 em 2019) corresponde a serviços de terceiros, tais como consultorias e honorários advocatícios.

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	181	165	181	165
Amortização de carteira de clientes	-	-	(26)	(26)
Resultado na venda de fazendas	-	-	6	267
Resultado na venda de imobilizado	25.1	27	-	49
Benefícios a empregados	-	-	(15)	14
Receita de aluguéis	6	6	2	5
Doações - COVID-19	34	-	(57)	-
ICMS na base do PIS e da COFINS	-	-	-	13
Perda no valor recuperável - Imobilizado e Intangível	17.4	-	(13)	(9)
Outros	(5)	3	10	57
	132	201	88	535

25.1. Resultado na venda de imobilizado

Refere-se ao resultado na venda da participação de 3,34%, detida pela ITAÚSA, no Itaú Unibanco Centro Empresarial (IUCE) para o Itaú Unibanco Holding, ocorrida em junho de 2019.

26. RESULTADO FINANCEIRO

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	24	47	57	105
Valor justo de Títulos e valores mobiliários	6	231	357	231
Varição cambial ativa	26.2	59	145	77
Juros e descontos obtidos	-	-	14	19
Atualização de Depósitos judiciais	12	21	15	25
Outras atualizações monetárias	12	16	27	36
Outras receitas financeiras	-	-	1	3
	474	374	616	496
Despesas financeiras				
Encargos de dívida	(51)	(86)	(194)	(296)
Valor justo de Títulos e valores mobiliários	6	-	(47)	-
PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	26.1	(269)	(237)	(273)
Juros de Passivo de arrendamento	-	-	(5)	(3)
Varição cambial passiva	26.2	(71)	(198)	(80)
Outras atualizações monetárias	(1)	-	(17)	(9)
Operações com derivativos	-	-	(47)	(4)
Outras despesas financeiras	(36)	(69)	(60)	(95)
	(531)	(495)	(805)	(760)
Resultado financeiro	(57)	(121)	(189)	(264)

26.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.

26.2. Variação cambial ativa e passiva (Controladora)

A totalidade das rubricas é decorrente do montante a pagar ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia, em virtude da aquisição de 7,65% da NTS (Nota 11.2).

27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	7.160	10.393	7.535	10.730
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(2.434)	(3.534)	(2.562)	(3.648)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	2.453	3.548	2.373	3.493
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	59	52	59	52
Juros sobre o capital próprio	125	(60)	199	28
Créditos tributários não constituídos	(297)	(79)	(297)	(80)
Decorrentes de diferenças temporárias	(53)	(78)	(61)	(80)
Decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas	(244)	(1)	(236)	-
Redução ao valor recuperável de intangíveis	-	-	-	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	14	(3)
Outros ajustes não dedutíveis	(10)	(8)	23	(3)
IRPJ e CSLL apurados	(104)	(81)	(191)	(161)
Correntes	-	-	(111)	(165)
Diferidos	(104)	(81)	(80)	4
Alíquota efetiva	1,5%	0,8%	2,5%	1,5%

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	4.632	6.769
Ordinárias	2.424	3.543
	7.056	10.312
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	5.520.977.160	5.520.927.654
Ordinárias	2.889.837.770	2.889.838.550
	8.410.814.930	8.410.766.204
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	0,83892	1,22605
Ordinárias	0,83892	1,22605

29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Controlada Duratex

Conforme previsão estatutária, a controlada Duratex possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação (“Comitê”), designado pelo Conselho de Administração da controlada Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% da totalidade das ações em circulação da controlada Duratex na data da Demonstração Contábil de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à controlada Duratex, é fixado pelo Comitê na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções considera-se a média dos preços das ações ordinárias da controlada Duratex, nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério do Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

A controlada Duratex utiliza o modelo Binomial para as opções que pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo é realizado pelo método *Backward Induction*, partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.

A volatilidade é calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários dos preços de fechamento da ação da controlada Duratex na B3, ajustados pelo IGP-M.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2013	2014	2016	2018	2019
Principais características					
Total de opções de ações outorgadas	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	14,45	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	6,54	4,48	4,00	5,19	5,17
Data da outorga	17/04/2013	11/02/2014	09/03/2016	26/04/2018	13/05/2019
Data da carência	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2022
Data do vencimento	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2026	31/12/2027
Principais premissas para cálculo do valor justo					
Volatilidade do preço da ação	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (cupom IGP-M)	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A controlada Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015, 2017 e 2020 não houve outorga de opção de ações.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Saldo de ações a exercer		Valor total a exercer	Competência						Demais Períodos
	31/12/2020	31/12/2019		Vencidas	2013 a 2016	2017	2018	2019	2020	
Vencidas em anos anteriores				72	-	-	-	-	-	-
2012	-	581.774		6	-	-	-	-	-	-
2013	566.965	897.255	8	-	8	-	-	-	-	-
2014	1.091.511	1.648.223	9	-	7	2	-	-	-	-
2016	148.700	637.100	5	-	1	2	1	1	-	-
2018	780.671	792.653	5	-	-	-	1	2	1	1
2019	1.976.673	1.976.673	11	-	-	-	-	2	3	6
	4.564.520	6.533.678	38	78	16	4	2	5	4	7
Efetividade de exercício			94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado			36	76	16⁽¹⁾	3⁽²⁾	2⁽³⁾	4⁽⁴⁾	4⁽⁵⁾	7⁽⁶⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2013 a 2016.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2018.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2019.

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2020.

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada Duratex possuía 1.223.698 ações em tesouraria (2.051.716 em 31 de dezembro de 2019), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação é regulada em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido – BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

30.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores.

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2020 com 7.232 participantes (7.524 em 31 de dezembro de 2019).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2020 e 2019.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações	(55)	(52)	(1.762)	(1.771)
Valor justo dos ativos	86	81	2.776	2.777
Restrição no reconhecimento do ativo	(21)	(18)	(908)	(885)
Ativo reconhecido (Não circulante)	10	11	106	121

A variação negativa do saldo a receber, na ITAÚSA no valor de R\$1 e no consolidado no valor de R\$15, foram registrados no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

30.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$2 na ITAÚSA e de R\$18 no consolidado.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R\$1 na ITAÚSA e de R\$14 no consolidado.

Ambas as restituições foram registradas no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 11) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas".

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2021.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

		Controladora							
		31/12/2020			31/12/2019				
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial		(18)	26	(7)	1	-	-	-	-
Incorporação - Itaúsa Empreendimentos		-	-	-	-	(15)	23	(9)	(1)
Juros		(1)	2	-	1	(1)	2	-	1
Retorno sobre os ativos do plano		-	1	-	1	-	3	-	3
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		1	-	-	1	(2)	-	-	(2)
Mudança no superávit irrecuperável		-	-	(1)	(1)	-	-	1	1
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa		-	(1)	-	(1)	-	-	-	-
Benefícios pagos		2	(2)	-	-	1	(1)	-	-
Saldo final		(16)	26	(8)	2	(17)	27	(8)	2
Circulante	11				1				1
Não circulante	11				1				1

		Consolidado							
		31/12/2020			31/12/2019				
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial		(180)	267	(69)	18	(159)	245	(82)	4
Custo do serviço passado		6	-	-	6	-	-	-	-
Juros		(12)	18	(4)	2	(14)	21	(5)	2
Retorno sobre os ativos do plano		-	(7)	-	(7)	-	20	-	20
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas		1	-	-	1	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas		12	-	-	12	(22)	-	-	(22)
Mudança no superávit irrecuperável		-	-	1	1	-	-	18	18
Contribuições pagas pelas patrocinadoras		-	(7)	-	(7)	-	(4)	-	(4)
Benefícios pagos		17	(17)	-	-	16	(16)	-	-
Saldo final		(156)	254	(72)	26	(179)	266	(69)	18
Circulante	11				11				6
Não circulante	11				15				12

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	%	%	%	%
Renda fixa	100	100	100	100
Total	100	100	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	7,62%	6,99%
Taxa de inflação	3,50%	3,80%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,80%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,80%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (desagravada em 70%)	RRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Experiência do atuário	Experiência do atuário
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto				
+1,0%	15	16	145	166
-1,0%	17	19	168	196

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
2021	1	15
2022	1	15
2023	1	15
2024	1	15
2025	1	15
2026 - 2030	7	70
Total	12	145

30.2. Planos de assistência médica

A controlada Duratex oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** A Duratex oferece planos que foram contributários, atualmente com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários o centro de distribuição de Tubarão-SC. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 10 e 9 operadoras de saúde totalizavam 24.889 e 21.973 vidas, respectivamente, (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** A controlada Duratex oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Duratex contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	72	30
Aquisição da empresa	-	9
Custo do serviço corrente	1	-
Custo do serviço passado	(10)	-
Custo dos juros	5	3
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(7)	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(10)	30
Benefícios pagos	(1)	-
Saldo final	50	72
Reconhecidos no Resultado	(5)	3
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	(17)	30

30.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP

A controlada Duratex e suas controladas aprovaram, em 30 de abril de 2020, Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. O ILP tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- **Performance shares:** Serão transferidas ações de emissão da controlada Duratex aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Duratex, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Matching:** A controlada Duratex convidará o beneficiário a investir um percentual do seu Incentivo de Curto Prazo – ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Duratex procederá a transferência de adicional corresponde a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a controlada Duratex concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do *matching*. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas:** Serão transferidas ações da controlada Duratex aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

Para o exercício de 2020, o ILP da controlada Duratex não produziu impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA. Os segmentos possuem uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Duratex:** Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças, metais, duchas e torneiras elétricas, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; (ii) Revestimentos cerâmicos - produz e comercializa revestimentos para piso e parede, utilizando as marcas Ceusa, Cecrisa e Portinari, com destaques no mercado nacional por seus atributos de inovação, qualidade e tecnologia de ponta; (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, provenientes de florestas de reflorestamento certificadas, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados e vinílicos, sob a marca Durafloor, e revestimentos para teto e parede; e (iv) Celulose solúvel - o projeto envolve a construção de uma nova fábrica de celulose solúvel com capacidade de produção anual de 500 mil toneladas, localizada na região do Triângulo Mineiro (MG), cuja a construção, ao final de 2020, já apresentava 48% das obras concluídas.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itaotec e ITH Zux Cayman. Para o exercício de 2019, também era contemplada a Itaúsa Empreendimentos (incorporada pela ITAÚSA em agosto de 2019).

	31/12/2020					31/12/2019				
	Duratex	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado	Duratex	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado
Balanco patrimonial										
Total do Ativo	11.498	62.985	91	(1.974)	72.600	10.715	58.571	69	(1.879)	67.476
Total do Passivo	6.310	5.642	50	(35)	11.967	5.783	3.339	28	(31)	9.119
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.187	43.515	39	(5.226)	43.515	4.931	43.515	40	(4.971)	43.515
Demonstração de resultado										
Receita líquida	5.880	-	-	-	5.880	5.012	-	23	(27)	5.008
Mercado interno	4.822	-	-	-	4.822	4.178	-	23	(27)	4.174
Mercado externo	1.058	-	-	-	1.058	834	-	-	-	834
Resultado de participações societárias	(67)	7.214	-	(167)	6.980	(1)	10.436	-	(163)	10.272
Resultado financeiro	(137)	(57)	5	-	(189)	(160)	(121)	17	-	(264)
Depreciações e amortizações	(582)	(7)	-	-	(589)	(684)	(5)	(2)	-	(691)
Tributos sobre o lucro	(81)	(104)	(6)	-	(191)	(73)	(81)	(7)	-	(161)
Lucro líquido	454	7.056	-	(166)	7.344	406	10.312	15	(164)	10.569
Análise de desempenho										
ROE ⁽¹⁾	9,3%	13,0%	-	-	-	8,5%	19,4%	-	-	-
GERAÇÃO interna de recursos ⁽²⁾	1.508	(180)	-	-	-	1.108	(299)	-	-	-

⁽¹⁾ Representa a relação entre o Lucro líquido e o Patrimônio líquido médio, ambos atribuíveis aos acionistas controladores

⁽²⁾ Refere-se à rubrica "Caixa líquido gerado nas atividades operacionais" na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Embora o Itaú Unibanco, a Alpargatas e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais correspondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.

	 ⁽¹⁾			 ⁽¹⁾		
	31/12/2020			31/12/2019		
Balanco Patrimonial						
Total do Ativo	2.019.251	4.815	10.200	1.637.481	4.522	10.051
Total do Passivo	1.864.726	1.796	8.056	1.488.016	1.787	7.410
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	142.993	2.949	2.144	136.925	2.643	2.641
Demonstração de Resultado						
	2020			2019		
Receita líquida ⁽²⁾	166.656	3.364	4.671	188.893	3.280	4.406
Mercado interno	141.037	2.484	4.671	157.247	2.493	4.406
Mercado externo	25.619	880	-	31.646	787	-
Resultado de participações societárias	1.399	-	-	1.315	-	-
Resultado financeiro ⁽³⁾	-	(73)	(107)	-	(1)	(282)
Depreciações e amortizações	(5.064)	(162)	(384)	(4.630)	(151)	340
Tributos sobre o lucro	9.834	8	(1.242)	(3.430)	(111)	(1.085)
Lucro líquido atribuível aos controladores	18.896	140	2.527	27.113	274	2.218
Análise de desempenho						
ROE	14,2%	5,0%	-	21,8%	11,0%	-
Geração interna de recursos	59.491	313	-	35.160	531	-

⁽¹⁾ Corresponde à participação direta e indireta por meio da IUPAR (vide nota 15.3)

⁽²⁾ Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de operações de seguros e previdência privada

⁽³⁾ Devido o Itaú Unibanco pertencer ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

32. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Além dos montantes de Dividendos a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa					49	43
Itaú Unibanco	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	49	43
Títulos e Valores Mobiliários			20	-	20	-
Copagaz	Debêntures	Coligada	20	-	20	-
Clientes			1	-	9	32
Duratex	Aluguel de imóveis	Controlada	1	-	-	-
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	9	32
Ativo Biológico			-	-	31	-
LD Celulose		Coligada indireta	-	-	31	-
Total			21	-	109	75
Passivo						
Empréstimos			-	-	(515)	-
Itaú Unibanco	Crédito de Exportação	Controlada em conjunto	-	-	(515)	-
Arrendamentos			-	-	(30)	(289)
Ligna Florestal Ltda.	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(30)	(29)
LD Florestal	Aluguéis	Controlada em conjunto indireta	-	-	-	(260)
Debêntures			(751)	-	(751)	-
Itaú Unibanco	Debêntures	Controlada em conjunto	(751)	-	(751)	-
Outros passivos			8	(1)	5	(4)
Itaú Unibanco	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	-	(3)	(5)
Itaú BBA	Custo na emissão de debêntures	Controlada em conjunto	9	-	9	2
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(1)	(1)	(1)	(1)
Total			(743)	(1)	(1.291)	(293)
Resultado						
	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Receita líquida			-	-	124	125
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	124	125
Custo dos produtos e serviços			-	-	(6)	(27)
Ligna Florestal Ltda.	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Duratex	-	-	(3)	(3)
LD Florestal	Custos com arrendamentos	Controlada em conjunto indireta	-	-	(2)	(24)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(1)	-
Despesas gerais e administrativas			(11)	18	(12)	(8)
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(11)	(8)	(12)	(8)
Itaúsa Empreendimentos	Prestação de Serviços	Controlada	-	26	-	-
Outras receitas e despesas			(43)	42	(52)	38
Itaú Unibanco	Receita de aluguel	Controlada em conjunto	-	1	-	1
Itaú Unibanco	Venda de Imobilizado	Controlada em conjunto	-	37	-	37
Itaú Unibanco	Outras Receitas	Controlada em conjunto	1	-	1	-
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Doações - Todos pela Saúde	Outras partes relacionadas	(50)	-	(55)	-
Duratex	Receita de aluguel	Controlada	4	4	-	-
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	2	-	2	-
Resultado financeiro			-	-	(17)	2
Itaú Unibanco	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	2	2
Itaú Unibanco	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	-	-	(19)	-
Total			(54)	60	37	130

32.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2020	31/12/2019
Duratex	Controlada	Aval	Empréstimo	24	28
Duratex Florestal Ltda.	Controlada indireta	Aval	Empréstimo	34	38
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	36	26
Total				94	92

32.2. Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração	39	23	73	62
Encargos sociais	5	2	9	3
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾	2	1	2	1
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	6	4
Outros incentivos de longo prazo	1	-	1	-
Total	47	26	91	70

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	985	205	951	160
Dividendos/JCP deliberados não pagos	1.215	386	1.307	460
Total	2.200	591	2.258	620

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Impactos da COVID-19

A ITAÚSA, em conjunto com as companhias investidas, tem envidado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 nas operações e na sociedade, além de adotar diversas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus colaboradores.

A Administração da ITAÚSA vem monitorando de forma constante os impactos econômico-financeiros desta pandemia que afetam adversamente os seus resultados próprios e os resultados advindos das companhias investidas.

Destacamos abaixo alguns reflexos nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 apresentados pela ITAÚSA e nossas principais companhias investidas:

- **ITAÚSA:** variação cambial sobre a parcela a prazo a pagar em dólar relativa à aquisição de participação no capital social da NTS no valor negativo de R\$92. Adicionalmente, com o objetivo de apoiar as atividades da saúde pública e contribuir no combate à pandemia, a ITAÚSA realizou doação de R\$50 à aliança "Todos pela Saúde".
- **Itaú Unibanco:** (i) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas no valor de R\$24.169; (ii) extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes pessoa física e micro e pequenas empresas; (iii) incremento de 28,05% nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (iv) incremento de R\$4.194 na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos financeiros em função do nível de risco e atraso devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas; (v) o componente de marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários reduziu para -1,3% no primeiro trimestre de 2020, sendo uma parte decorrente de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços de mercados; (vi) instabilidade no mercado de renda variável ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez resultando no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário – CDB; (vii) aumento das captações sendo contratadas operações no montante total de R\$30.547; (viii) aumento no reconhecimento de tributos diferidos em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período; (ix) redução das projeções de lucro tributável, entretanto, não houve geração de prejuízo fiscal e base negativa; e (x) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19 de R\$104, principalmente, relacionado aos seguros de vida e prestamistas. Adicionalmente, em abril de 2020, o Itaú Unibanco criou a iniciativa "Todos pela Saúde", a partir da doação de R\$1 bilhão, com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira. A atuação da "Todos pela Saúde" é realizada por meio de quatro eixos: Informar, Proteger, Cuidar e Retomar.

- **Alpargatas:** (i) fortalecimento da posição de caixa por meio da captação de linhas de crédito bancárias para proteger a liquidez, no montante de R\$2.185, que foram substancialmente liquidadas de forma antecipada durante o 2º semestre de 2020, ocorrendo a liquidação total em janeiro de 2021; (ii) aumento na perda de crédito esperada de clientes em função do aumento do risco de crédito e prorrogações de títulos no valor de R\$22; (iii) aumento do custo de mão de obra e demais despesas de fabricação no valor de R\$16; e (iv) renegociação de contratos com obtenção de descontos de aluguéis de lojas e escritórios no valor de R\$11. A Alpargatas efetuou doações de recursos e produtos por meio do Instituto Alpargatas e da aliança ao “Todos pela Saúde” no montante de R\$28 (valor de custo).
- **Duratex:** (i) aumento do endividamento com a captação de empréstimos para adequada gestão da liquidez, parcialmente liquidados de forma antecipada, com saldo em dezembro de R\$1.142; (ii) prorrogação temporária, dentro do exercício de 2020, nos prazos de recebimentos de clientes, parcialmente mitigados com prorrogação de prazo junto a fornecedores e prorrogação de pagamento de impostos, que foram normalizados até dezembro de 2020, com efeito positivo no caixa de R\$1,2 milhão pela redução de tributos do “Sistema S” (Senai, Sesi, Sest, Senat e Senar) em decorrência das medidas adotadas pelo Governo Federal; (iii) complemento de provisão de perda de crédito esperada de clientes no valor de R\$4; e (iv) impacto negativo de variação cambial. A Duratex realizou contribuições de recursos e produtos a 20 iniciativas em todo o país, beneficiando hospitais de campanha e ações sociais totalizando R\$7 (valor de custo).

Os principais impactos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis estão refletidos nas notas: 7 – Clientes, 11 – Outros ativos e passivos, 19 – Empréstimos e financiamentos, 25 – Outras receitas e despesas e 26 – Resultado financeiro.

Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuam acompanhando e avaliando os impactos da pandemia em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Incorporação da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. pela controlada Cerâmica Urussanga S.A. – Controlada Duratex

Em 1º de janeiro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Cerâmica Urussanga S.A., a incorporação da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., com o objetivo de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios, que visam uma redistribuição de seus ativos, passivos e projetos, de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir a realocação de tais ativos e passivos com maior eficiência.

35.2. Emissão de Notas Subordinadas Nível 2 – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 12 de janeiro de 2021, a controlada em conjunto Itaú Unibanco precificou a emissão de notas subordinadas Nível 2, emitidas em 15 de janeiro, com vencimento em dez anos e três meses, no montante de US\$500 à taxa fixa de 3,875%, válida por cinco anos e três meses da data de emissão. A partir dessa data, inclusive, a taxa de juros será recalculada por mais cinco anos com base na taxa de juros de títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos da América para o mesmo período.

A controlada em conjunto poderá recomprar as Notas a partir do 5º ano até o 5º ano e 3 meses da data de emissão, estando sujeita à aprovação do BACEN. Adicionalmente, será solicitada a aprovação do BACEN para que as Notas componham o Capital Complementar do Patrimônio de Referência da controlada em conjunto, incrementando, assim, em 0,25 p.p. seu Índice de Basileia, considerando a taxa de câmbio do dia 08 de janeiro com cotação de R\$5,37.

A emissão não está sujeita às regras de registro junto à “Securities Exchange Commission” (SEC) norte americana, bem como não está sujeita ao registro, no Brasil, junto à CVM, conforme legislação e regulamentação aplicáveis.

35.3. Deliberação de JCP – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 14 de janeiro de 2021 a controlada em conjunto Itaú Unibanco, por meio de Fato Relevante, comunicou deliberação de JCP, com base na posição acionária final de 22 de janeiro de 2021, no valor de R\$0,050160 por ação, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R\$0,042636 por ação. A liquidação financeira ocorrerá até 30 de abril de 2021.

35.4. Deliberação de JCP – ITAÚSA

Em 18 de janeiro de 2021 a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou deliberação de JCP, com base na posição acionária final de 22 de janeiro de 2021, no valor de R\$0,0208 por ação, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R\$0,01768 por ação. A liquidação financeira ocorrerá até 30 de abril de 2021.

35.5. Reorganização societária envolvendo o investimento do Itaú Unibanco na XP Inc.

Em 1º de fevereiro de 2021 a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou que, em 31 de janeiro de 2021, os acionistas do Itaú Unibanco aprovaram em Assembleia Geral a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da participação no capital social da XP Inc., que resultará na criação de uma nova companhia ("XPart") e que terá como ativos o investimento representativo de 40,52% do capital da XP Inc. e R\$10 milhões em caixa. A referida segregação está condicionada à obtenção de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") e, uma vez implementada, fará com que a XPart seja detida pelos acionistas do Itaú Unibanco, replicando a composição acionária do Itaú Unibanco.

Caso a Incorporação fosse realizada nesta data, a ITAÚSA deteria 15,1% do capital social total e 4,8% do capital votante da XP Inc., direta e indiretamente.

Também em 31 de janeiro de 2021, a ITAÚSA, a IUPAR, os controladores da XP Inc. e a XP Inc. assinaram um acordo contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPart pela XP Inc. e outros direitos e obrigações das partes. Alguns dos principais termos e condições do Acordo são:

- **Proposta de Incorporação:** A XP Inc. apresentará à Administração da XPart proposta de incorporação da XPart pela XP Inc., de modo que os acionistas da XPart recebam ações Classe A de emissão da XP Inc. (ou o equivalente em certificados de depósito de valores mobiliários – BDRs - para aqueles acionistas que tiverem restrições ao recebimento de ações de emissão da XP Inc., observadas eventuais restrições regulatórias) na proporção de suas participações no capital social total da XPart. A aprovação da Incorporação estará sujeita a aprovações regulatórias e societárias, sendo certo que a ITAÚSA e a IUPAR votarão favoravelmente à incorporação na assembleia geral a ser convocada para esse fim, desde que a proposta esteja consoante às condições previstas no Acordo. As partes envidarão esforços para realizar a incorporação em até 120 dias contados da segregação.
- **Acordo de Acionistas:** Até que a incorporação seja implementada, a XPart será parte do Acordo de Acionistas da XP Inc., de 29 de outubro de 2019, com os mesmos direitos e obrigações atribuídos atualmente ao Itaú Unibanco. Quando implementada a incorporação, as condições do acordo de acionistas abaixo descritas passarão a vigorar no tocante à ITAÚSA e IUPAR:
 - a) Direito de indicar dois membros do Conselho de Administração da XP Inc., sendo um deles também membro do Comitê de Auditoria, enquanto ITAÚSA e IUPAR detiverem, em conjunto, ao menos 5% do capital social da XP Inc.;
 - b) Extinção de direitos de veto, de ingerência na indicação de diretores, de indicação de membros de outros comitês;
 - c) Vedação à alienação de ações de emissão da XP Inc. até 30 de outubro de 2021;
 - d) Direito de realizar até 6 *block trades* a cada período de 12 meses, a partir do fim da vedação acima descrita, respeitadas certas regras e condições;
 - e) Direito de venda conjunta (*tag along*) em caso de alienação do controle da XP Inc.;

- f) Alteração nas regras sobre transferências de ações para contemplar a possibilidade de vendas parciais privadas de ações; e
- g) Atualização da vigência do Acordo de Acionistas para até 30 de outubro de 2026.

A criação da XPart e seus desdobramentos não deverão produzir efeitos materiais para a ITAÚSA neste exercício social.

35.6. Deliberação de Dividendos ou JCP – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 1º de fevereiro de 2021 a controlada em conjunto Itaú Unibanco, por meio de Fato Relevante, comunicou deliberação de dividendos ou JCP, a ser definido em futura reunião do Conselho de Administração, com base na posição acionária final de 25 de fevereiro de 2021, no valor líquido de R\$0,1394 por ação. A liquidação financeira ocorrerá em 12 de março de 2021.

Adicionalmente, também foi definido que, os JCP já declarados em 26 de novembro de 2020 no valor líquido de R\$0,054366 por ação (já incluídos como “Dividendos a receber” na nota 9) e em 14 de janeiro de 2021 no valor líquido de R\$0,042636 por ação (Nota 35.3), também serão pagos em 12 de março de 2021.

35.7. Dividendos adicionais – Controlada Duratex

Em 08 de fevereiro de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da controlada Duratex o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$300.

35.8. Data de pagamento de JCP's – ITAÚSA

Em 22 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração deliberou autorizar o pagamento para 12 de março de 2021 dos JCP's declarados em 07 de dezembro de 2020 e 18 de janeiro de 2021, nos valores líquidos por ação de R\$0,0864025 e R\$0,01768, respectivamente.

35.9. Programa de recompra de ações de própria emissão – ITAÚSA

Em 22 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do valor do capital social, consoante faculdade prevista no item 3.5 do Estatuto Social e observadas as disposições do Artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 567/15.

Dessa forma, visando a aplicação de parcela de recursos existentes em reservas de lucros, disponíveis para investimentos, o Conselho de Administração autorizou a aquisição, no período de 23 de fevereiro de 2021 a 23 de agosto de 2022, de até 250.000.000 de ações escriturais de emissão própria, sem valor nominal, sendo até 50.000.000 ordinárias e até 200.000.000 preferenciais, competindo à Diretoria da ITAÚSA definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser efetivamente adquirida, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade para as aquisições.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaúsa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

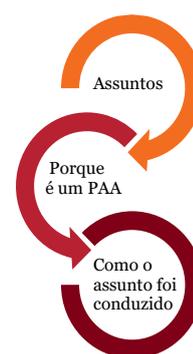
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas em conjunto e controladas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior, exceto quanto aos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nas operações. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, porém incorporando à nossa abordagem de auditoria procedimentos em resposta ao cenário atual das operações.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Controladas em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) e Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”) – (Nota explicativa 15)

Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica “Investimentos” e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial durante o atual momento de incertezas decorrentes da pandemia da COVID-19, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de créditos;
- Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos;
- Créditos tributários;
- Realização dos valores registrados em Ágio e Ativos intangíveis;
- Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

-Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles automatizados do IUH para o propósito de nosso trabalho.

-Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 – *Financial Instruments*.

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações durante a pandemia da COVID 19. Também, testamos a integridade das bases de

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão consistentes e dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis, considerando as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimento na Controlada – Duratex S.A. e na Controlada em conjunto Alpargatas S.A. (Nota explicativa 15)

Os investimentos na controlada Duratex S.A. e na controlada em conjunto Alpargatas S.A., somados representam aproximadamente 6% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia.

As demonstrações contábeis da Duratex S.A. e da Alpargatas S.A. apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

As principais estimativas contábeis críticas são:

Duratex

- Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos;
- Perda (*impairment*) estimada do ágio;
- Benefícios de planos de previdência e saúde;
- Provisão para contingências;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Alpargatas

- Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber de clientes;
- Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de estoques;
- Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Plano de incentivo de longo prazo;
- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*.

Devido às incertezas inerentes a esses tipos de estimativas, as mesmas foram consideradas áreas

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores da Duratex e da Alpargatas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas; e
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes, considerando as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de foco na auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA S.A. ("Itaúsa") procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020, as quais foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2021. São Paulo (SP), 22 de fevereiro de 2021. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, Isaac Berensztejn e Marco Túlio Leite Rodrigues – Conselheiros; e Mirna Justino Mazzali - Secretária.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021**

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 22.02.2021, às 13h00, nos termos do nos termos do subitem 7.7.1 do Estatuto Social, razão pela qual a reunião será considerada como realizada na sede social da **ITAÚSA S.A.**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a participação dos Diretores Gerentes convidados à reunião.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, o Comitê Executivo nos termos do item 7.7 do Estatuto Social deliberou, por unanimidade e em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09), declarar que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020; e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida e aprovada pelo Comitê Executivo por e-mail. São Paulo, 22 de fevereiro de 2021. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores